



# Multiner – Resultados do 3º Trimestre de 2016

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2016 – Multiner S.A. – “Multiner” ou “Companhia” anuncia os resultados referentes ao terceiro trimestre de 2016 (“3T16”). As informações financeiras e operacionais descritas a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em bases consolidadas e em milhares de Reais (R\$) de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), e incluem as subsidiárias diretas da Companhia e suas respectivas subsidiárias e filiais.

# 3T16

## DESTAQUES DO 3T16:

**Total de geração de 232.896,43 MWh, sendo UEE Parque Alegria (Alegria I e II) responsável por 136.347,97 MWh e a UTE Cristiano Rocha (RAESA) por 96.548,46 MWh;**

**Quebra do eixo virabrequim do motor #5 da UTE Cristiano Rocha e *overhaul* de 40 mil e 60 mil horas da máquina #3 diminuíram a disponibilidade da usina.**

### Relações com Investidores

Ricardo Fialho Sellos **Diretor Presidente e de Relações com Investidores**

Sandileuza Borges  
**Gerente de Contabilidade**

ri@multiner.com.br  
Tel.: (21) 2272-5589

Visite nosso site  
**www.multiner.com.br**

**Assessoria de Imprensa**  
Insight Comunicação  
Contato: Vânia Santos  
Tel: (21) 2509-5399



---

## MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

---

No trimestre encerrado em setembro de 2016, o consumo nacional de energia elétrica alcançou 112.838 GWh, alta de 0,6% ante igual período de 2015, **sendo o segundo trimestre consecutivo com crescimento na demanda de energia.**

O **consumo residencial**, no 3º trimestre de 2016, apresentou alta de 3,0%, em relação ao mesmo período de 2015, enquanto que a classe comercial apresentou recuo (-2,1%) na mesma base de comparação. O consumo residencial pode indicar que as famílias e empresas estão menos pessimistas com a atual conjuntura econômica. No entanto, tal melhora ainda não é observada na demanda por bens e serviços, de acordo com dados do IBGE no período de 12 meses as vendas no comércio varejista registraram queda de 6,7% e o setor de serviço apresentou recuo de 5%. Dessa forma, o crescimento do consumo residencial de eletricidade pode ser explicado pela expansão da base de consumidores de 2,5% em setembro em comparação com o mesmo mês de 2015 e no uso maior do estoque já disponível de eletrodomésticos. O **setor de comércio** e serviço continuou apresentando deterioração com o fechamento de 430 mil postos de trabalho, entre janeiro e agosto deste ano, contra 230 mil em mesmo período de 2015.

O **consumo industrial** de energia elétrica encerrou o 3º trimestre em 41.903 GWh, recuo de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A região norte foi a única que apresentou retração nas taxas do consumo industrial neste período. O agravamento do cenário econômico no segundo semestre de 2015 influencia a comparação com 2016, já que vem gerando efeito estatístico de base baixa. Em setembro a demanda de eletricidade das indústrias foi de 13.942 GWh, estável frente ao mesmo período do ano anterior. Os setores que tiveram as maiores variações no 3º trimestre em comparação com o mesmo período de 2015 foram o Metalúrgico (+11,6%), Papel e Celulose (+3,4%), puxado pelas vendas externas de celulose, e de Extração de Minerais Metálicos que registrou queda de 20,9%.

**Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**



## DESEMPENHO OPERACIONAL

### Parque Gerador

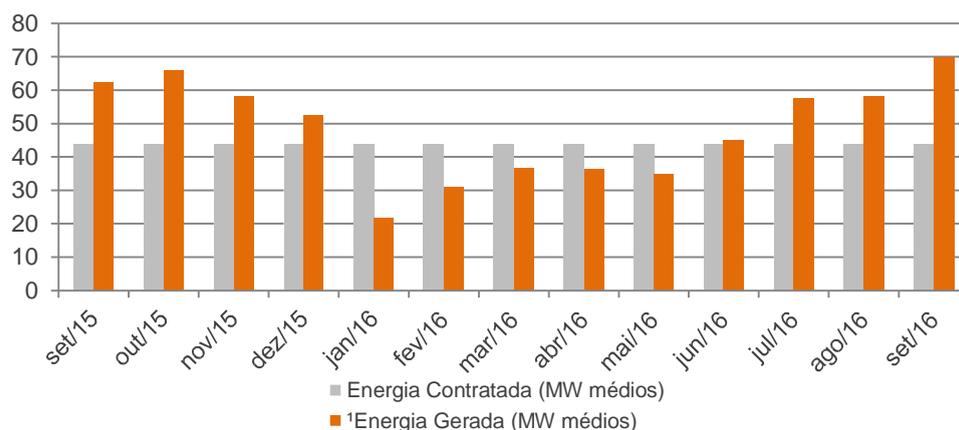
A Multiner S.A possui um parque gerador composto por 02 grupos de usinas operacionais: Parque Eólico Alegria e Usina Termelétrica Cristiano Rocha - RAESA.

Empreendimento	Localização	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Início Operação Comercial	Término da Concessão
UTE Cristiano Rocha	Manaus/AM	Óleo Combustível + Gás Natural	85	16/11/2006	20/05/2025
<b>Total Fonte Termelétrica</b>			<b>85</b>		
UEE Alegria I	Guamaré/RN	Eólica	51,15	30/12/2010	30/12/2030
UEE Alegria II			100,65	30/12/2011	30/12/2031
<b>Total Fonte Eólica</b>			<b>151,8</b>		
<b>Total</b>			<b>236,8</b>		

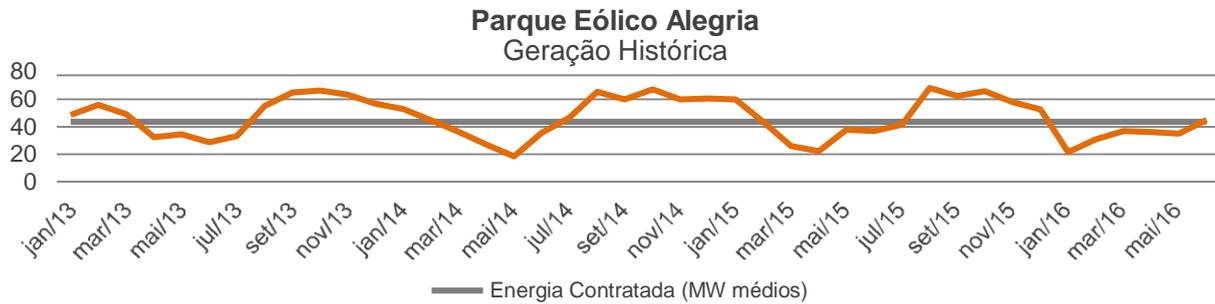
### Produção/ Geração

No terceiro trimestre de 2016, a geração de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 316,64 MW médios. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) foi responsável pela geração de 185,51 MW médios e a UTE Cristiano Rocha (RAESA) por 131,13 MW médios.

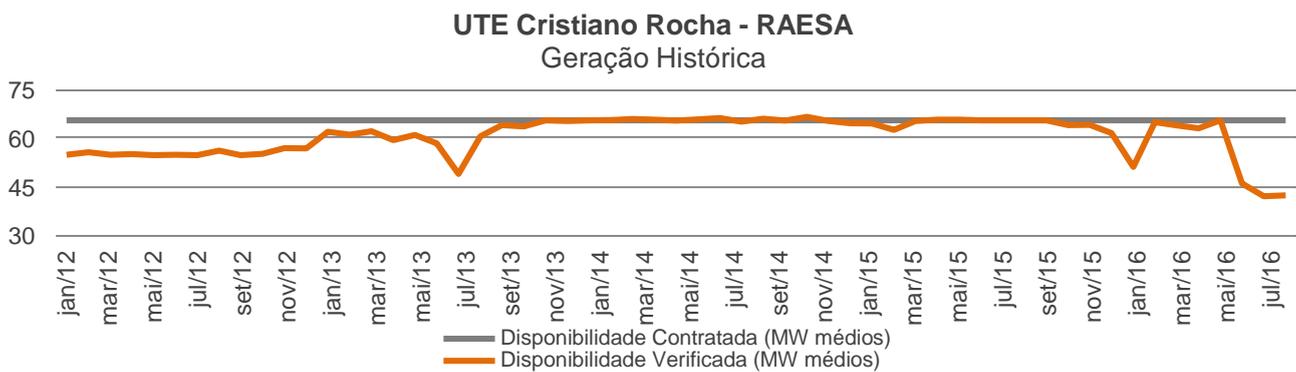
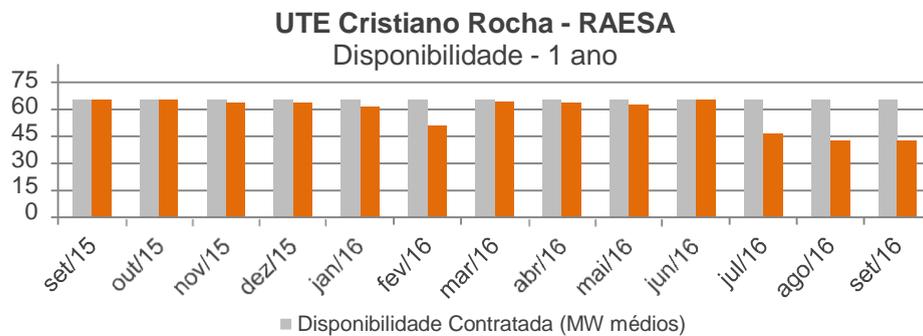
**Parque Eólico Alegria**  
Geração - 1 ano



<sup>1</sup>Energia gerada líquida para faturamento



É importante salientar que se observa, no Rio Grande do Norte, um período de chuvas característico da região, entre os meses de dezembro e abril, e, desta forma, a intensidade dos ventos é consideravelmente reduzida. Como consequência, observa-se uma redução na geração de energia eólica neste período.





## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir estão apresentados os resultados consolidados da Companhia, que incluem os resultados de suas subsidiárias diretas e suas respectivas subsidiárias e filiais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	3T16	3T15	3T16/3T15	9M16	9M15	9M16/9M15
<b>Receita Líquida de vendas</b>	<b>15.804</b>	<b>14.193</b>	<b>11,4%</b>	<b>46.618</b>	<b>41.303</b>	<b>12,9%</b>
Custo das Vendas	(11.256)	(5.832)	-93,0%	(30.228)	(16.512)	-83,1%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>4.548</b>	<b>8.361</b>	<b>-45,6%</b>	<b>16.390</b>	<b>24.791</b>	<b>-33,9%</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(13.565)</b>	<b>(7.911)</b>	<b>-71,5%</b>	<b>(73.178)</b>	<b>(21.252)</b>	<b>-244,3%</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(9.939)	(5.036)	-97,4%	(18.412)	(12.881)	-42,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.626)	(2.875)	-26,1%	(54.766)	(8.371)	-554,2%
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>(9.017)</b>	<b>450</b>	<b>-2103,8%</b>	<b>(56.788)</b>	<b>3.539</b>	<b>-1704,6%</b>
<b>Financeiras Líquidas</b>	<b>(7.915)</b>	<b>(17.424)</b>	<b>54,6%</b>	<b>(24.593)</b>	<b>(33.292)</b>	<b>26,1%</b>
Receitas Financeiras	22.493	26.537	-15,2%	64.576	79.331	-18,6%
Despesas Financeiras	(30.408)	(43.961)	30,8%	(89.169)	(112.623)	20,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.122)	(12.949)	75,9%	(29.798)	(36.485)	18,3%
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>(20.054)</b>	<b>(29.923)</b>	<b>33,0%</b>	<b>(111.179)</b>	<b>(66.238)</b>	<b>-67,8%</b>
Impostos e Contribuições	(883)	-	-	(4.284)	-	-
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(20.937)</b>	<b>(29.923)</b>	<b>30,0%</b>	<b>(115.463)</b>	<b>(66.238)</b>	<b>-74,3%</b>

(em milhares de R\$)

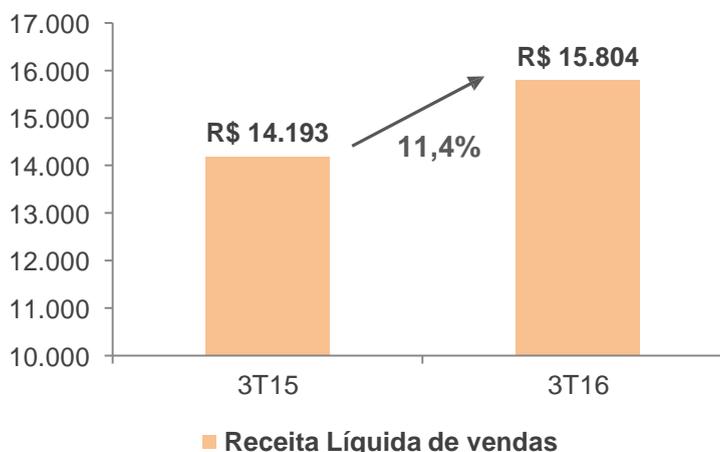
O resultado parcial de 2016 apresenta deterioração na comparação com o mesmo período de 2015 devido principalmente pela redução da margem bruta e pelo ajuste do ativo pelo valor recuperável (*impairment*) no valor de (R\$ 53 milhões) na controlada 2007 Participações, referente a aquisição da Rio Amazonas Energia S.A.

### Receita Líquida de Venda

(em milhares de R\$)

No 3T16, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 11,4%, quando comparada ao terceiro trimestre do ano anterior, passando de R\$ 14,2 milhões, em 2015, para R\$ 15,8 milhões, em 2016. Variação justificada pela reclassificação de penalidades da *Receita para Custos de Produção*.

#### Receita líquida de vendas (em R\$ milhares)





## Custo de Produção de Energia

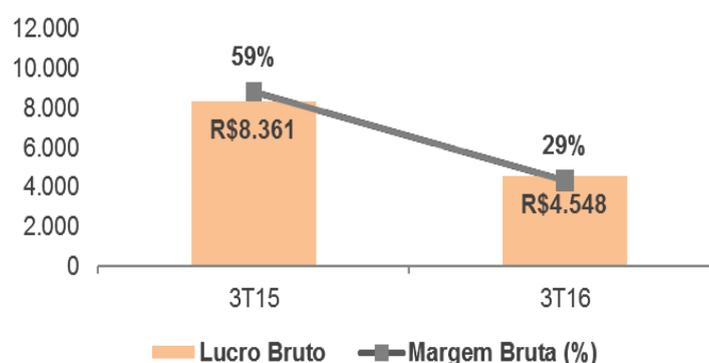
O custo de geração de energia apresentou alta de 93,0%, passando de R\$ 5,8 milhões, no 3º trimestre de 2015, para R\$ 11,3 milhões, no mesmo período de 2016.

Este aumento se deve principalmente a reclassificação da *Receita* para *Custo de Produção* de penalidades pela geração abaixo do contratado correspondendo a R\$ 5,5 milhões no 3º trimestre de 2016, por conta da quebra do eixo do Motor #5 de RAESA.

## Lucro Bruto

(em milhares de R\$)

O lucro bruto apresentou queda de 45,6%, quando comparado ao terceiro trimestre do ano anterior. A margem bruta, de 29% no 3T16, teve um decréscimo de 51%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, impactada pelas reclassificações indicadas no item *Custo de Produção de Energia* acima.



## Despesas Gerais e Administrativas

(em milhares de R\$)

No 3T16, as despesas gerais e administrativas apresentaram alta de 97,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este aumento é justificado pela provisão de pagamento de R\$ 4,3 milhões referente a honorários de sucesso em arbitragem. Já o aumento no acumulado do ano 9M16 / 9M15 foi de 42,9% devido, dentre outros fatores, ao reconhecimento de PIS e COFINS sobre receita financeira em virtude do aumento das alíquotas ocorrido em julho de 2015. Esta rubrica também considera despesas com arrendamento de parte dos imóveis onde estão instalados aerogeradores dos Parques Eólicos Alegria I e Alegria II.





## Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido de janeiro a setembro de 2016, comparado com o mesmo período de 2015, está demonstrado no quadro a seguir. Destacamos que a *Varição Cambial Passiva* apresentou redução principalmente pela reclassificação da provisão de € 10 milhões, referente a arbitragem internacional, para a conta *Despesas de Contingência*.

R\$ Milhares	9M16	9M15	Var. %
Varição monetária passiva	(2.990)	(1.432)	109%
Despesa com juros	(76.496)	(72.807)	5%
Despesa com multas	(2.068)	(365)	467%
Varição cambial passiva	(1.867)	(24.107)	-92%
Juros passivos sobre mútuo	(996)	(9.345)	-89%
Despesa com IOF & IOC	(4.212)	(4.134)	2%
Outras despesas financeiras	(540)	(433)	25%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(89.169)</b>	<b>(112.623)</b>	<b>-21%</b>
R\$ Milhares	9M16	9M15	Var. %
Receita com aplicação financeira	140	14.522	-99%
Juros ativos sobre mútuo	44.002	43.531	1%
Varição cambial ativa	5.096	6.405	-20%
Atualização monetária s/créditos tributários	3.629	2.409	51%
Juros s/arrendamento financeiro	11.663	12.367	-6%
Outras receitas financeiras	46	97	-53%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>64.576</b>	<b>79.331</b>	<b>-19%</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(24.593)</b>	<b>(33.292)</b>	<b>-26%</b>

## Resultado de Equivalência Patrimonial

Apesar de possuir mais do que a metade do poder de voto na **New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO** e na **Companhia Energética Uruguai – CEU**, a Multiner S.A não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas, em razão de acordo de acionistas. Conseqüentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

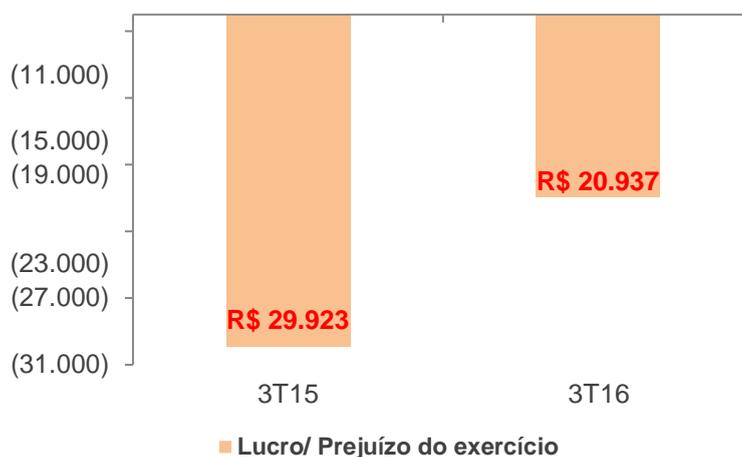
O Resultado de Equivalência Patrimonial no 3º trimestre de 2016: **New Energy Options Geração de Energia S.A – NEO** (R\$ 25,4 milhões) e **Cia Energética Uruguai – CEU** (R\$ 4,4 milhões).



## Lucro/ Prejuízo Líquido

(em milhares de R\$)

No 3T16, a Companhia aferiu resultado negativo de R\$ 20,9 milhões, apresentando redução de 30,0% no prejuízo, em relação a igual período do ano anterior. A redução no Resultado Financeiro de (R\$ 17,4 milhões) no 3º trimestre de 2015, para (R\$ 7,9 milhões) no mesmo período de 2016, compensou o aumento no *Custo de Geração de Energia* e nas *Despesas Gerais de Administrativas* detalhadas acima.



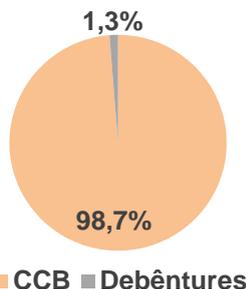
## ENDIVIDAMENTO

De acordo com a tabela a seguir, a Dívida Líquida da Multiner S.A aumento em 0,97% sua Dívida Líquida, na comparação com o mesmo período de 2015.

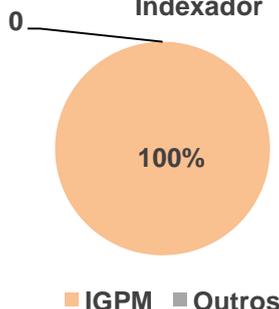
Endividamento	Unidade	9M16	9M15
<b>Dívida Bruta em R\$</b>	<b>R\$ milhares</b>	<b>488.451</b>	<b>490.315</b>
Juros Médio da Dívida	%a.a	9,43%	9,52%
Parcela de Curto Prazo	%	42,04%	49,79%
Caixa e Equivalente de caixa em R\$	R\$ milhares	113	6.667
<b>Dívida Líquida</b>	<b>R\$ milhares</b>	<b>488.338</b>	<b>483.648</b>



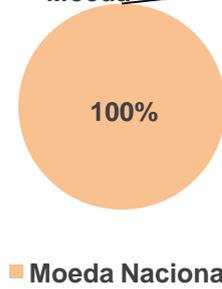
**Endividamento Bruto por Instrumento**



**Endividamento Bruto por Indexador**



**Endividamento Bruto por Moeda**



**Cronograma de Amortização (R\$ milhares)**

2016	190.472
2017	20.197
2018	22.416
2019	24.209
2020	26.146
2021	28.238
De 2022 a 2028	176.773
<b>Total</b>	<b>488.451</b>

**Cronograma de Amortização (em R\$ milhares)**



**Obs:** (i) As informações acima não incluem o passivo das empresas que são registradas no consolidado pelo método de equivalência patrimonial: New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO e Cia Energética Uruguai – CEU; (ii) Não foram considerados os valores de Conversão Acordada da CCB Raesa 1ª Emissão e Debêntures 2ª Emissão; (iii) Não foram consideradas as CCBs no Ativo da Multiner.

## EBITDA

O EBITDA apresentado no quadro abaixo sofreu deterioração na comparação 9M16 / 9M15 devido ao ajuste do ativo pelo valor recuperável (*impairment*) no valor de (R\$ 53 milhões) na controlada 2007 Participações, conforme informado no *Desempenho Econômico-Financeiro*.

(em R\$ milhares)	3T16	3T15	9M16	9M15
<b>Receita líquida de vendas</b>	15.804	14.193	46.618	41.303
<b>Composição do EBITDA</b>				
<b>Resultado líquido do Período</b>	<b>(20.937)</b>	<b>(29.923)</b>	<b>(115.463)</b>	<b>(66.238)</b>
(+) Arrendamento Financeiro	7.114	7.120	21.347	21.365
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	7.915	17.424	24.593	33.292
(+/-) IR/CSLL	883	-	4.284	-
(+) Depreciação/Amortização	-	161	27	163
<b>EBITDA</b>	<b>(5.025)</b>	<b>(5.218)</b>	<b>(65.212)</b>	<b>(11.418)</b>
<b>Margem EBITDA</b>	-	-	-	-



O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS, ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o cálculo do EBITDA não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas e é obtido pelo resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.



---

## DESTAQUES OPERACIONAIS

---

### Parque Eólico Alegria

---

Conclusão da manutenção programada de Alegria I referente ao 2º semestre – concluída em 05/08/2016;

Conclusão da manutenção programada de Alegria II Leste e Oeste referente ao 2º semestre – concluída em 01/09/2016;

A manutenção dos aerogeradores, referente ao primeiro semestre 2017, iniciará em 09/01/2017;

A manutenção anual da subestação Alegria foi realizada no período de 06 a 12/08/2016;

Processo de recontabilização 2818 solicitado pela NEO foi aceito pela CCEE. Recontabilização da energia gerada do período de novembro 2012 a junho 2013. Resultado final ainda não divulgado pela CCEE.

### UTE Cristiano Rocha

---

O motor #3 está indisponível e encontra-se em manutenção de *overhaul* de 48.000 e 60.000 horas;

Foi assinado aditivo do contrato com Amazonas Energia reavendo os custos com conexão ao SIN;

Motor #5 sofreu avaria no eixo e está indisponível. Peça de substituição comprada com previsão de substituição em janeiro de 2017;

Passou a valer novo sistema de apuração de faturamento junto ao contrato com a Amazonas Energia;

Iniciou processo de passagem de parte dos ativos da Subestação para a Amazonas Energia.



---

## SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

---

### Parque Eólico Alegria

---

Renovação dos contratos da área ambiental com a Ecoplam:

- Contrato de monitoramento dos programas e projetos ambientais e PRAD (Programa de Recuperação de Área Degradada) de Alegria I;
- Contrato de monitoramento dos programas e projetos ambientais e PRAD (Programa de Recuperação de Área Degradada) de Alegria II;
- Contrato do PRAD (Programa de Recuperação de Área Degradada) – Pátio de estocagem;
- Contrato de monitoramento de contenção de dunas.

Renovação da Licença de Operação de Alegria I:

- Processo protocolado no IDEMA em 30/08/2016;
- O IDEMA já realizou vistoria na Central Eólica Alegria I e não gerou nenhuma observação/objeção à renovação da licença.

Termo de Compromisso de Medida Compensatória Ambiental de Alegria II, celebrado com o IDEMA:

- A aquisição dos materiais a serem doados à RDSEPT será concluída em outubro.

Não houveram acidentes ou incidentes operacionais ou que afetam o meio ambiente.

### UTE Cristiano Rocha

---

Integração dos funcionários da PP Engenharia com treinamentos de segurança;

Não houveram acidentes ou incidentes operacionais ou que afetem o meio ambiente;

PP Engenharia iniciou processo de criação da CIPA;

Implementado sistema de DDSs (Diálogo Diário de Segurança);

Treinamento a todos os Supervisores de turno, tema: Óleo lubrificante.



---

## EVENTO SUBSEQUENTE

---

Em linha com o princípio de transparência sempre adotado pela Companhia, a Multiner S.A. informa que, em 5 de setembro, foi cumprido em sua sede, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400 que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), entre os quais se encontra o FIP Multiner, que detém 48% das ações ON de emissão da Companhia.

No dia 13 de setembro de 2016, foi emitida ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Controladora, expedida cautelarmente nos autos do Processo n.º 37.371- 11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. A Companhia respeita a decisão da Justiça, mas entende que a cautela não é estritamente necessária, pois tem disposição em cooperar, de forma transparente, com a elucidação dos fatos apurados pela Operação Greenfield. Para tanto, adotará imediatamente as medidas judiciais cabíveis para resguardar os seus legítimos interesses. O caixa e equivalente de caixa das controladas New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A. não foram afetadas pela medida cautelar.

A Diretoria da Companhia aprovou a contratação da BDO para realizar o processo de investigação independente sobre as contas de 2015 e 2016, e períodos anteriores desde a criação da Multiner S.A. e suas controladas.

Em novembro de 2016, a investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. inadimpliu pecuniariamente a obrigatoriedade frente à segunda emissão de CCBs (cédula de crédito bancário). Desta forma, o montante classificado no passivo não circulante de R\$ 274.783 será reclassificado para curto prazo neste período. A companhia está em tratativas com os credores para alongamento da dívida, conforme nota explicativa nº1.



## BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de R\$

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015		30/09/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	113	707	Empréstimos e financiamentos	537.655	482.704
Depósitos vinculados - contas reserva	11.283	-	Debêntures	18.852	16.565
Contas a receber	125.499	145.964	Fornecedores	188.823	210.688
Tributos a recuperar	8.041	10.750	Obrigações sociais e trabalhistas	536	710
Arrendamento financeiro	13.772	13.033	Obrigações tributárias	15.993	13.125
Estoque de peças	17.807	16.062	Outras obrigações	6.383	968
Bens disponíveis para a venda	147	147	Provisão passivo a descoberto	76.296	45.536
Despesas antecipadas	427	572			
Adiantamento a fornecedores	4.887	1.362			
Outros créditos ativo CP	537	448			
	182.513	189.045		844.538	770.296
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Tributos a recuperar	51.236	43.759	Empréstimos e financiamentos	-	-
Arrendamento financeiro	186.352	196.775	Fornecedores	3.373	3.374
Depositos judiciais	276	286	Obrigações tributárias	789	7.165
Partes relacionadas	483.116	466.667	Impostos diferidos	-	-
Outros créditos ativo LP	20	20	Provisão para contingências	2.528	2.528
Adiantamentos a fornecedores	741	741	Partes relacionadas	-	-
	721.741	708.248	Outras obrigações	5	4.660
				6.695	17.727
<b>Intangível</b>			<b>Patrimônio Líquido</b>		
Investimento	-	-	Capital social	855.828	855.828
Imobilizado	27.956	27.978	Reserva de capital	543.916	543.916
Propriedade para investimento	5.298	5.298	Prejuízos acumulados	(1.201.369)	(1.086.019)
	142.832	203.002			
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.047.086</b>	<b>1.100.295</b>	<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>198.375</b>	<b>313.725</b>
			<b>Acionistas não controladores</b>	<b>(2.522)</b>	<b>(1.453)</b>
			<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.047.086</b>	<b>1.100.295</b>



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em milhares de R\$

	Consolidado	
	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2016
<b>Receita operacional bruta</b>	100.835	95.856
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	(54.217)	(54.553)
<b>Receita operacional líquida</b>	46.618	41.303
<b>Custo dos serviços</b>	(30.228)	(16.512)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>16.390</b>	<b>24.791</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(18.412)	(12.881)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(54.766)	(6.371)
Resultado de equivalência patrimonial	(29.798)	(36.485)
<b>Total receitas (despesas) operacionais</b>	(102.976)	(57.737)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>(86.586)</b>	<b>(32.946)</b>
Despesas financeiras	(89.169)	(112.623)
Receitas financeiras	64.576	79.331
<b>Resultado financeiro</b>	(24.593)	(33.292)
<b>Resultado antes do imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>(111.179)</b>	<b>(66.238)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.284)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(115.463)</b>	<b>(66.238)</b>
Participação dos não controladores	113	45
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>(115.350)</b>	<b>(66.193)</b>

## **Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais**

Aos  
Conselho de administração e Acionistas da  
Multiner S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Multiner S.A. (“Companhia”) e empresas controladas contidas, no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## **Base para conclusão adversa**

a) O Balanço Patrimonial individual e consolidado, da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e as informações contábeis intermediárias relativas aos períodos de três e nove meses em 30 de setembro de 2015, incluídos nas presentes informações intermediárias para fins de comparabilidade, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis e correção de erros descritos na nota explicativa 2, foram auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram seu relatório de auditoria e revisão datados de 30 de março de 2016 e 13 de novembro de 2015, respectivamente. Como parte de nossos exames das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2016, procedemos à revisão dos papéis de trabalho elaborados por aqueles auditores, relativamente à sua auditoria e revisão das informações referentes a 31 de dezembro e 30 de setembro de 2015, respectivamente. No entanto, certas indagações e fornecimento de evidências apropriadas e suficientes para a validação de contas importantes para aquelas demonstrações financeiras de 2015, tais como impostos a recuperar, ativo imobilizado e ativo intangível, não nos foram apresentadas até o presente momento. Dessa forma, não nos foi possível concluir sobre a suficiência dos procedimentos de auditoria e revisão executados sobre aquelas demonstrações financeiras do período anterior as quais, se alteradas poderiam ter impacto relevantes sobre as informações trimestrais por nós revisadas.

b) A Companhia e suas controladas apresentam fraquezas relevantes em relação aos controles internos relacionados ao processo de elaboração das informações contábeis, principalmente relacionados a controles preventivos e detectivos na identificação de fraudes, ausência ou deficiência de reconciliação entre os saldos contábeis e controles auxiliares relacionados a rubricas que apresentam saldos significativos, tais como: (i) adiantamento a fornecedores (saldo consolidado de R\$5.628 mil), (ii) estoques (saldo consolidado de R\$17.807 mil), (iii) arrendamento financeiro (saldo consolidado de R\$200.124 mil) (iv) créditos tributários Federais e Estaduais (saldo consolidado de R\$1.026 mil); (v) imobilizado (saldo consolidado de R\$38.600 mil), (vi) passivos e provisões tributários (saldo consolidado de R\$1.323 mil) e; (vii) contas a pagar a fornecedores (saldo consolidado de R\$81.623 mil). A ausência de adequada reconciliação dessas contas gera a possibilidade de que erros materiais não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente pela Administração, e, em virtude das particularidades dos controles internos mantidos pela Companhia, não pudemos aplicar testes específicos para determinar a adequação dos saldos apresentados nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

c) A Companhia deixou de divulgar certas informações relevantes quanto ao detalhamento de itens das notas explicativas integrantes das informações contábeis intermediárias findas no período de 30 de setembro de 2016, tais como: (i) na nota explicativa 2., não apresenta o demonstrativo dos ajustes efetuados nas demonstrações dos resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015, de forma a reconciliar os valores originalmente apresentados, com os montantes reapresentados nas presentes Informações Trimestrais; (ii) provisão para perda de investimento (consolidado) apresenta diferença entre o saldo divulgado na nota explicativa 11, que é de R\$75.344 mil, e o saldo evidenciado no passivo circulante consolidado é de R\$76.296 mil; (iii) Nota explicativa 19 (receita de arrendamento financeiro) faz referência ao valor de R\$21.347 mil à nota explicativa 8 (arrendamento financeiro a receber), no entanto, naquela nota não é observado o respectivo cruzamento do valor mencionado. A ausência adequada de divulgação adicional e clara nas notas explicativas pode gerar dúvidas ou

interpretação distorcida pelos usuários das informações contábeis intermediárias. Diante disso, estamos limitando nossa revisão em virtude das notas explicativas acima mencionadas não fornecerem as informações necessárias para esclarecimento da situação das referidas rubricas.

d) Conforme descrito na nota explicativa 17.b), certas deliberações tomadas em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2016, não encontram-se refletidas nas presentes informações contábeis intermediárias, tendo em vista que a administração da Companhia irá anular ou retificar os atos realizados na mencionada Assembleia, dado que tal alteração gerou desequilíbrio entre ações ordinárias e preferências. Adicionalmente, não obtivemos evidência formal da realização de Assembleia Geral Ordinária – AGO a qual aprovaria as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 nos termos do inciso I, do artigo 132 da Lei 6.404/76. Não obtivemos, também, informação a respeito dos motivos da ausência dessa formalização. Esse assunto não foi divulgado nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, assim como seus possíveis efeitos.

e) Conforme nota explicativa 9, as informações contábeis consolidadas registram, à título de imobilizado relacionado às investidas Termelétrica Itapebi S.A., Termelétrica Termopower V S.A., Termelétrica Termopower VI S.A., Termelétrica Monte Paschoal S.A. e Termelétrica Pernambuco IV S.A. cujas licenças de operação foram revogadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em exercícios anteriores, totalizando o montante de R\$27.822 mil em 30 de setembro de 2016. Não nos foi possível obter evidências que suportassem a existência e o provável valor de recuperação dos montantes reconhecidos e, conseqüentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada mensuração e registro da referida rubrica nas informações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2016.

f) A Companhia mantém operações de mútuos ativos com suas controladas e outras entidades de seu grupo econômico, as quais são atualizadas de acordo com indicadores de correção acordados contratualmente entre as partes, conforme divulgado na nota explicativa 7. Durante nossos procedimentos de revisão, verificamos que a Companhia reconheceu, indevidamente, receitas financeiras, líquidas de despesas, no montante de R\$2.993 mil no resultado de 2016, mas que se referem a encargos que deveriam ter sido reconhecidos em exercícios anteriores. Desta forma, o resultado dos três e nove meses findos em 30 de setembro encontram-se superavaliados nesse mesmo montante.

g) Conforme divulgado na nota explicativa 10, a Companhia registra em seu ativo não circulante, sob a rubrica “Propriedade para Investimento”, o montante de R\$5.298 mil, que representa o custo original de aquisição de tais ativos. Não nos foi possível obter evidência e controle patrimonial que suportassem a adequada avaliação desses ativos, tendo por base seu provável valor de realização e assim, determinar se uma eventual provisão para perdas dos mesmos seria necessária em 30 de setembro de 2016.

h) Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Administração da Companhia está tomando diversas medidas relacionadas ao Mandado de Busca e Apreensão realizada pela Polícia Federal de documentos em sua sede, bem como o bloqueio de suas contas bancárias ordenado pela Justiça. O entendimento da Administração sobre este assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e incluem a contratação de empresa terceirizada para realização de trabalhos de investigação interna. Tendo em vista que, até a presente data, tais trabalhos encontram-se ainda em estágios iniciais, não nos foi possível concluir se os mesmos resultariam

ou não em descoberta de fatos e circunstâncias que poderiam afetar valores de ativos e passivos atualmente apresentados nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, para o período findo em 30 de setembro de 2016.

## **Conclusão adversa**

Em nossa conclusão, devido à importância dos assuntos discutidos no parágrafo “Base para conclusão adversa”, as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## **Ênfase**

### **Continuidade operacional**

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 a Companhia incorreu no prejuízo de R\$115.350 mil na controladora e R\$115.463 no consolidado, (ii) nessa mesma data, a mesma acumula prejuízos acumulados no valor de R\$1.201.369 mil; (iii) ainda em 30 de setembro de 2016, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$376.566 mil na controladora e R\$662.025 mil no consolidado; (iv) devido ao evento descrito na nota explicativa 1 e em nosso parágrafo e ênfase, as contas bancárias da controladora Multiner encontram-se bloqueadas, sendo que o suporte financeiro para a continuidade de suas operações está sendo provido por suas controladas através de operações de mútuos (nota explicativa 7). Essas condições, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. Essas informações trimestrais foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1 – base de preparação e apresentação das informações contábeis.

### **Outros assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, devido aos assuntos descritos no parágrafo “Base para

conclusão adversa”, a mesma não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

**São Paulo (SP), 28 de dezembro de 2016.**  
**ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.**  
**CRC-2SP015199/O-6**

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'M' and 'A' followed by a long horizontal stroke that ends in an arrowhead pointing to the right.

**Marcos Antonio Quintanilha**  
**Contador CRC-1SP132776/O**

**Multiner S.A.**  
**Balço Patrimonial**  
**Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015**  
*(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		30/09/2016	31/12/2015	01/01/2015	30/09/2016	31/12/2015	01/01/2015
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	3	15	677	143.792	113	707	144.810
Depósitos vinculados - contas reserva		-	-	-	11.283	-	-
Contas a receber	4	-	-	-	125.499	145.964	153.379
Impostos a recuperar	6	416	1.946	1.917	8.041	10.750	10.838
Arrendamento financeiro	8	-	-	-	13.772	13.033	12.109
Estoque de peças	13	-	-	-	17.807	16.062	7.763
Bens disponíveis para a venda		-	-	-	147	147	147
Despesas antecipadas		113	123	108	427	572	419
Adiantamento a fornecedores	5	1.168	1.129	929	4.887	1.362	1.168
Outros créditos ativo CP		-	1	1	537	448	305
<b>Total ativo circulante</b>		<b>1.712</b>	<b>3.876</b>	<b>146.747</b>	<b>182.513</b>	<b>189.045</b>	<b>330.938</b>
<b>Não circulante</b>							
Impostos a recuperar	6	-	-	-	51.236	43.759	39.132
Arrendamento financeiro	8	-	-	-	186.352	196.775	209.808
Depositos judiciais		201	212	179	276	286	255
Partes relacionadas	7	512.237	484.787	380.286	483.116	466.667	376.807
Outros créditos ativo LP		20	20	20	20	20	20
Adiantamentos a fornecedores	5	103	102	102	741	741	2.768
Intangível	10	260	264	325	109.578	169.726	181.030
Investimento	11	57.967	59.198	73.025	-	-	14.737
Imobilizado	12	134	154	254	27.956	27.978	26.062
Propriedade para investimento	9	5.298	5.298	5.298	5.298	5.298	5.298
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>576.220</b>	<b>550.035</b>	<b>459.489</b>	<b>864.573</b>	<b>911.250</b>	<b>855.917</b>
<b>Total ativo</b>		<b>577.932</b>	<b>553.911</b>	<b>606.236</b>	<b>1.047.086</b>	<b>1.100.295</b>	<b>1.186.855</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Multiner S.A.**  
**Balço Patrimonial**  
**Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015**  
*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora			Consolidado		
		30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	01/01/2015 Reapresentado	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	01/01/2015 Reapresentado
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	537.655	482.704	513.040
Debêntures	16	18.852	16.565	13.695	18.852	16.565	13.695
Fornecedores	14	5.171	1.152	1.046	188.823	210.684	196.298
Obrigações sociais e trabalhistas		258	562	515	536	710	672
Obrigações tributárias	15	3.907	1.114	408	15.993	13.125	12.689
Outras obrigações		-	-	-	6.383	968	791
Provisão passivo a descoberto	11	350.090	219.533	103.622	76.296	45.536	1.819
<b>Total passivo circulante</b>		<b>378.278</b>	<b>238.926</b>	<b>119.286</b>	<b>844.538</b>	<b>770.292</b>	<b>739.004</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Fornecedores	14	-	-	-	3.373	3.374	3.374
Obrigações tributárias	15	82	99	-	789	7.165	15.545
Provisão para contingências	18	1.192	1.157	1.564	2.528	2.530	2.900
Partes relacionadas	7	-	-	62.498	-	-	-
Outras obrigações		5	4	3	5	4.660	3.967
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>1.279</b>	<b>1.260</b>	<b>64.065</b>	<b>6.695</b>	<b>17.729</b>	<b>25.786</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	17a	855.828	855.828	855.811	855.828	855.828	855.811
Reserva de capital	17b	543.916	543.916	543.916	543.916	543.916	543.916
Prejuízos acumulados		(1.201.369)	(1.086.019)	(976.842)	(1.201.369)	(1.086.019)	(976.842)
<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>198.375</b>	<b>313.725</b>	<b>422.885</b>	<b>198.375</b>	<b>313.725</b>	<b>422.885</b>
Acionistas não controladores		-	-	-	(2.522)	(1.451)	(820)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>198.375</b>	<b>313.725</b>	<b>422.885</b>	<b>195.853</b>	<b>312.274</b>	<b>422.065</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>577.932</b>	<b>553.911</b>	<b>606.236</b>	<b>1.047.086</b>	<b>1.100.295</b>	<b>1.186.855</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Multiner S.A.

### Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre atual	Acumulado do atual período	Trimestre do período anterior	Acumulado do período anterior	Trimestre atual	Acumulado do atual período	Trimestre do período anterior	Acumulado do período anterior
	Nota 01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015 Reapresentação	01/01/2015 à 30/09/2015 Reapresentado	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015 Reapresentação	01/01/2015 à 30/09/2015 Reapresentado
Receita operacional bruta	-	-	-	-	33.991	100.835	32.334	95.856
Deduções da receita operacional bruta	-	-	-	-	(18.187)	(54.217)	(18.141)	(54.553)
Receita operacional líquida	19	-	-	-	15.804	46.618	14.193	41.303
Custo dos serviços	20	-	-	-	(11.256)	(30.228)	(5.832)	(16.512)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	-	<b>4.548</b>	<b>16.390</b>	<b>8.361</b>	<b>24.791</b>
Receitas (despesas) operacionais								
Gerais e administrativas	21(a)	(8.496)	(14.606)	(3.624)	(9.065)	(9.939)	(5.036)	(12.881)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21(b)	(4)	217	176	662	(3.626)	(2.875)	(8.371)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(26.967)	(131.788)	(39.899)	(94.990)	(3.122)	(29.798)	(36.485)
Total receitas (despesas) operacionais		(35.467)	(146.177)	(43.347)	(103.393)	(16.687)	(102.976)	(57.737)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(35.467)</b>	<b>(146.177)</b>	<b>(43.347)</b>	<b>(103.393)</b>	<b>(12.139)</b>	<b>(86.586)</b>	<b>(32.946)</b>
Despesas financeiras	22	(3.012)	(9.060)	(4.136)	(11.601)	(30.408)	(89.169)	(112.623)
Receitas financeiras	22	18.448	44.171	17.576	48.801	22.493	64.576	79.331
Resultado financeiro		15.436	35.111	13.440	37.200	(7.915)	(24.593)	(33.292)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social</b>		<b>(20.031)</b>	<b>(111.066)</b>	<b>(29.907)</b>	<b>(66.193)</b>	<b>(20.054)</b>	<b>(111.179)</b>	<b>(66.238)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(883)	(4.284)	-	-	(883)	(4.284)	-
<b>Prejuízo líquido do período</b>		<b>(20.914)</b>	<b>(115.350)</b>	<b>(29.907)</b>	<b>(66.193)</b>	<b>(20.937)</b>	<b>(115.463)</b>	<b>(66.238)</b>
Participação dos não controladores		-	-	-	-	23	113	16
<b>Prejuízo líquido do período</b>		<b>(20.914)</b>	<b>(115.350)</b>	<b>(29.907)</b>	<b>(66.193)</b>	<b>(20.914)</b>	<b>(115.350)</b>	<b>(66.193)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Multiner S.A.**

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	Trimestre atual	Acumulado do atual período	Trimestre do período anterior	Acumulado do período anterior	Trimestre atual	Acumulado do atual período	Trimestre do período anterior	Acumulado do período anterior
	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015 Reapresentação	01/01/2015 à 30/09/2015 Reapresentado	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015 Reapresentação	01/01/2015 à 30/09/2015 Reapresentado
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<u>(20.914)</u>	<u>(115.350)</u>	<u>(29.907)</u>	<u>(66.193)</u>	<u>(20.914)</u>	<u>(115.350)</u>	<u>(29.907)</u>	<u>(66.193)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>(20.914)</u>	<u>(115.350)</u>	<u>(29.907)</u>	<u>(66.193)</u>	<u>(20.914)</u>	<u>(115.350)</u>	<u>(29.907)</u>	<u>(66.193)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Multiner S.A.****Demonstrações dos fluxos de caixa**

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Prejuízo líquido do período</b>	(115.350)	(66.193)	(115.350)	(66.193)
<u>Ajustes por:</u>				
Resultado de equivalência patrimonial	131.788	94.990	29.798	36.485
Juros ativos s/ operações de mutuos	(43.882)	(34.183)	(43.601)	(34.184)
Juros passivos sobre mutuos	1.812	6.057	241	-
Juros debentures	2.287	1.880	2.287	1.880
Juros de empréstimos e financiamentos - CCBs	-	-	70.961	66.573
Custo de Captação	-	-	3.222	4.329
Amortização do Ágio	-	-	-	9.198
Impairment do Ágio	-	-	60.141	-
Depreciação e amortização	25	161	27	163
Perda na alienação de ativo imobilizado	-	(392)	-	(392)
Provisão para contingências	35	-	35	37
Reversão de provisão para contingências	-	-	(37)	-
Juros s/ Arrendamento Financeiro	-	-	(11.663)	(12.367)
Amortização do Arrendamento Financeiro	-	-	21.347	21.365
Participação dos não controladores	-	-	(6)	(3)
	<u>(23.285)</u>	<u>2.320</u>	<u>17.402</u>	<u>26.891</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>				
Contas a receber	-	-	20.465	9.906
Tributos a recuperar	1.529	(6.806)	(4.769)	(9.042)
Despesas antecipadas	10	(48)	145	(77)
Adiantamento a fornecedores	(38)	(251)	(3.525)	163
Depósitos judiciais	11	(33)	11	(33)
Depósitos vinculados - contas reserva	-	-	(11.283)	-
Estoque de peças	-	-	(1.745)	(5.061)
Outros ativos	-	-	(90)	(115)
	<u>1.512</u>	<u>(7.138)</u>	<u>(791)</u>	<u>(4.259)</u>
<b>(Aumento) diminuição dos passivos</b>				
Fornecedores	4.020	132	(21.968)	15.875
Obrigações sociais e trabalhistas	(304)	265	(174)	341
Obrigações tributárias	2.777	1.458	(3.502)	(5.396)
Outros passivos	-	28	763	659
	<u>6.493</u>	<u>1.883</u>	<u>(24.881)</u>	<u>11.479</u>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b><u>(15.280)</u></b>	<b><u>(2.935)</u></b>	<b><u>(8.270)</u></b>	<b><u>34.111</u></b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>				
Aquisição de Imobilizado	(5)	(109)	(5)	(2.125)
Baixa de Imobilizado	4	-	4	-
Aporte de Capital	(3.886)	(2.045)	-	(9)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b><u>(3.887)</u></b>	<b><u>(2.154)</u></b>	<b><u>(1)</u></b>	<b><u>(2.134)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Recebimentos - partes relacionadas	18.505	17.006	26.911	22.112
Aplicação em CCB	-	(155.675)	-	(155.675)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Juros	-	-	(10.494)	(20.428)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	-	-	(8.739)	(16.126)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b><u>18.505</u></b>	<b><u>(138.669)</u></b>	<b><u>7.678</u></b>	<b><u>(170.117)</u></b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(662)</u></b>	<b><u>(143.758)</u></b>	<b><u>(593)</u></b>	<b><u>(138.140)</u></b>
Saldo no início do período	677	143.792	706	144.809
Saldo no final do período	15	34	113	6.669
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(662)</u></b>	<b><u>(143.758)</u></b>	<b><u>(593)</u></b>	<b><u>(138.140)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Multiner S.A.****Demonstrações do valor adicionado**

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<b>Receitas</b>				
Venda de energia	-	-	100.835	95.856
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(9.455)</b>	<b>(4.069)</b>	<b>(102.108)</b>	<b>(38.324)</b>
Serviços de terceiros	(6.312)	(1.783)	(28.384)	(12.922)
Materiais, energia e outros	(3.143)	(2.286)	(73.724)	(25.402)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(9.455)</b>	<b>(4.069)</b>	<b>(1.273)</b>	<b>57.532</b>
<b>Retenções</b>	<b>(25)</b>	<b>(161)</b>	<b>(10.391)</b>	<b>(9.784)</b>
Depreciação e amortização	(25)	(161)	(27)	(163)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(680)	(623)
Amortização do Arrendamento Financeiro	-	-	(9.684)	(8.998)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>(9.480)</b>	<b>(4.230)</b>	<b>(11.664)</b>	<b>47.748</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(87.617)</b>	<b>(46.189)</b>	<b>34.778</b>	<b>42.846</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(131.788)	(94.990)	(29.798)	(36.485)
Receitas financeiras	44.171	48.801	64.576	79.331
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>(97.097)</b>	<b>(50.419)</b>	<b>23.114</b>	<b>90.594</b>
<b>Pessoal</b>	<b>1.477</b>	<b>1.815</b>	<b>6.345</b>	<b>6.524</b>
Remuneração direta	-	-	3.624	3.624
FGTS	-	-	368	126
Benefícios	-	-	876	939
Honorários dos administradores	1.477	1.815	1.477	1.835
<b>Tributos</b>	<b>6.375</b>	<b>1.049</b>	<b>39.105</b>	<b>33.965</b>
Federais	6.352	894	13.875	9.849
Estaduais	-	-	25.200	23.953
Municipais	23	155	30	163
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>10.401</b>	<b>12.910</b>	<b>93.014</b>	<b>116.298</b>
Aluguéis	1.341	1.309	3.845	3.675
Despesas financeiras	9.060	11.601	89.169	112.623
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(115.350)</b>	<b>(66.193)</b>	<b>(115.350)</b>	<b>(66.193)</b>
Prejuízo líquido do período	(115.350)	(66.193)	(115.350)	(66.193)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>(97.097)</b>	<b>(50.419)</b>	<b>23.114</b>	<b>90.594</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Multiner S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital		Lucros / Prejuízos acumulados	Acionistas da empresa individual	Participação de não controladores	Total
		Ágio na emissão de ações	Reserva de capital				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>855.811</u>	<u>465.801</u>	<u>78.115</u>	<u>(853.511)</u>	<u>546.215</u>	<u>-</u>	<u>546.215</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(137.444)	(137.444)	(820)	(138.264)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>855.811</u>	<u>465.801</u>	<u>78.115</u>	<u>(990.955)</u>	<u>408.771</u>	<u>(820)</u>	<u>407.951</u>
Aumento de capital	17				17	-	17
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(109.177)	(109.177)	(631)	(109.808)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>855.828</u>	<u>465.801</u>	<u>78.115</u>	<u>(1.100.132)</u>	<u>299.611</u>	<u>(1.451)</u>	<u>298.161</u>
Prejuízo líquido do período	-	-	-	(115.350)	(115.350)	(1.071)	(116.421)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016</b>	<u>855.828</u>	<u>465.801</u>	<u>78.115</u>	<u>(1.215.482)</u>	<u>184.262</u>	<u>(2.522)</u>	<u>181.740</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso do bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pela Bolognesi Energia S.A. (31,23% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, e Brasilterm Energia S.A. (20,49% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, empresas do Grupo Bolognesi. O Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP), gerido pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (48,28% das ações ON).

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclua (i) usinas de geração de energia termelétrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica, (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica.

A capacidade instalada da Companhia em 30 de setembro de 2016 é de 236,8 MWh em usinas em operação.

### Relação dos ativos de geração de energia elétrica

Empresa	Fonte	Situação	Contrato de concessão ANEEL	Prazo da concessão / Autorização		Início da operação comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A. (UTE Cristiano Rocha)	Óleo / GNL	Em operação	Resolução n. 733	24/10/2006	24/10/2036	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria I)	Eólica	Em operação	Resolução n. 663	30/11/2002	30/11/2032	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria II)	Eólica	Em operação	Resolução n. 662	30/11/2002	30/11/2032	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A.	Óleo			Outorga revogada		
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Óleo			Outorga revogada		
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	Óleo			Outorga revogada		
Termelétrica Termopower V S.A.	Óleo			Outorga revogada		
Termelétrica Termopower VI S.A.	Óleo			Outorga revogada		

### Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2016, pelo não cumprimento de obrigações condicionadas no 1º Aditivo ao contrato de reorganização financeira da Multiner S.A., o saldo devedor no passivo não circulante no montante de R\$ 281.643 foi contabilizado em sua totalidade no passivo circulante. As conversões de CCB's (Cédula de Crédito Bancário) para capital social, deverão ser cumpridas, visto que se trata de um projeto viável para seus investidores. A Administração da Companhia

está atuando fortemente junto aos seus credores para realizar o reperfilamento de dívidas já vencidas, com intuito de equacionar a estrutura do endividamento.

### **Operação Greenfield**

No dia 5 de setembro de 2016, foi cumprido no Rio de Janeiro, sede da Multiner, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400 que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), entre os quais se encontra o FIP Multiner, que detém 48,28% das ações ON de emissão da Companhia.

Em consonância a investigação denominada “Greenfield”, foi emitida, no dia 13 de setembro de 2016, a ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Controladora, expedida cautelarmente nos autos do Processo n.º 37.371- 11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. A Companhia respeita a decisão da Justiça, mas entende que a cautela não é estritamente necessária, pois tem disposição em cooperar, de forma transparente, com a elucidação dos fatos apurados pela Operação Greenfield. Para tanto, adotará imediatamente as medidas judiciais cabíveis para resguardar os seus legítimos interesses. O caixa e equivalente de caixa das controladas New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A. não foram afetadas pela medida cautelar.

A Diretoria da Companhia aprovou a contratação da BDO para realizar o processo de investigação independente sobre as contas de 2015 e 2016, e períodos anteriores desde a criação da Multiner S.A. e suas controladas.

### **Continuidade operacional**

A Companhia apresenta capital circulante negativo em virtude de seu endividamento ter sido reclassificado para o curto prazo, em razão de pendência de aditamento da documentação, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo. O endividamento da Companhia foi preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais acordaram por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento de 14 de julho de 2014 a converter parcela significativa do endividamento da Companhia em capital de Mesa S.A., e alongar as amortizações para o longo prazo. Considerando estes ajustes, a Companhia passará a deter capital circulante positivo.

As principais controladas da Companhia são empresas operacionais, que possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Dessa forma, a Companhia entende que seu risco de descontinuidade é remoto, não havendo nenhuma obrigação relevante no curto prazo com efeito caixa fora as obrigações com partes relacionadas.

## **2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis**

### **a. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas espedidas pela Comissão de Valores Mobiliários

(CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 também estão de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 23 de novembro de 2016.

#### **b. Base de preparação e apresentação**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são mensurados pelo valor justo.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

#### **Reapresentação de saldos comparativos**

A atual Administração da Companhia, após reavaliação de determinados conceitos e critérios, e com objetivo de melhor apresentar a posição patrimonial e dos resultados em consonância com as normas contábeis e demais práticas adotadas, procedeu com a reclassificação de algumas rubricas contábeis e correção de erro. Os exercícios e períodos afetados pela reapresentação foram 01 de janeiro de 2015, 31 de março de 2015, 30 de junho de 2015, 30 de setembro de 2015, 31 de dezembro de 2015, 31 de março de 2016 e 30 de junho de 2016. Para estes Demonstrativos Financeiros, será abordado somente os períodos que compreendem em 01/01/2015, 30/09/2015 e 31/12/2015.

**(i) Saldo de reapresentação 01 de janeiro de 2015:**

Ativo	Controladora - 01/01/2015				Consolidado - 01/01/2015			
	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	143.792	-		143.792	144.810	-		144.810
Depósitos vinculados - contas reserva	-	-		-	-	-		-
Contas a receber	-	-		-	153.379	-		153.379
Tributos a recuperar	-	1.917	(a)(e)	1.917	11.027	(189)	(e)	10.838
Arrendamento financeiro	-	-		-	12.883	(774)	(b)	12.109
Estoque de peças	-	-		-	-	7.763	(a)	7.763
Bens disponíveis para a venda	-	-		-	147	-		147
Despesas antecipadas	108	-		108	419	-		419
Adiantamento a fornecedores	927	2	(a)	929	939	229	(a)	1.168
Outros créditos	3	(2)	(a)	1	534	(229)	(a)	305
<b>Total ativo circulante</b>	<b>144.830</b>	<b>1.917</b>		<b>146.747</b>	<b>324.138</b>	<b>6.800</b>		<b>330.938</b>
<b>Não circulante</b>								
Tributos a recuperar	2.106	(2.106)	(a)(e)	-	39.132	-		39.132
Impostos diferidos	-	-		-	20.351	(20.351)	(c)	-
Arrendamento financeiro	-	-		-	191.130	18.678	(b)	209.808
Depositos judiciais	179	-		179	255	-		255
Partes relacionadas	369.781	10.505	(a)	380.286	369.781	7.026	(a)	376.807
Outros créditos	-	20	(a)	20	-	20	(a)	20
Adiantamentos para futuro aumento de capital	10.505	(10.505)	(a)	-	7.026	(7.026)	(a)	-
Adiantamentos a fornecedores	122	(20)	(a)	102	2.788	(20)	(a)	2.768
Intangível	325	-		325	218.786	(37.756)	(d)	181.030
Investimento	107.696	(34.671)	(d)	73.025	14.737	-		14.737
Imobilizado	254	-		254	26.062	-		26.062
Propriedade para investimento	5.298	-		5.298	5.298	-		5.298
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>496.266</b>	<b>(36.777)</b>		<b>459.489</b>	<b>895.346</b>	<b>(39.429)</b>		<b>855.917</b>
<b>Total ativo</b>	<b>641.096</b>	<b>(34.860)</b>		<b>606.236</b>	<b>1.219.484</b>	<b>(32.629)</b>		<b>1.186.855</b>

	Controladora - 01/01/2015				Consolidado - 01/01/2015			
	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	13.695	(13.695)	(a)	-	174.157	(13.695)	(a)	160.462
Debêntures	-	13.695	(a)	13.695	-	13.695	(a)	13.695
Fornecedores	1.046	-		1.046	164.028	32.270	(a)	196.298
Obrigações sociais e trabalhistas	515	-		515	672	-		672
Obrigações tributárias	408	-		408	12.689	-		12.689
Outras obrigações	-	-		-	791	-		791
Partes relacionadas	-	-		-	10	(10)		-
Provisão passivo a descoberto	-	103.622	(a)(f)	103.622	-	1.819	(a)	1.819
<b>Total passivo circulante</b>	<b>15.664</b>	<b>103.622</b>		<b>119.286</b>	<b>352.347</b>	<b>34.079</b>		<b>386.426</b>
<b>Passivo não circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	-		-	376.704	(24.126)	(h)	352.578
Fornecedores	-	-		-	3.374	-	(a)	3.374
Obrigações tributárias	-	-		-	15.545	-		15.545
Impostos diferidos	-	-		-	44.896	(44.896)	(c)	-
Provisão passivo a descoberto	175.689	(175.689)	(a)(f)	-	1.819	(1.819)	(a)	-
Provisão para contingências	1.564	-		1.564	35.170	(32.270)	(a)	2.900
Partes relacionadas	62.498	-		62.498	3.950	(3.950)		-
Outras obrigações	3	-		3	3	3.964		3.967
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>239.754</b>	<b>(175.689)</b>		<b>64.065</b>	<b>481.461</b>	<b>(103.097)</b>		<b>378.364</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	855.811	-		855.811	855.811	-		855.811
Reserva de capital	543.916	-		543.916	543.916	-		543.916
Prejuízos acumulados	(1.014.049)	37.207	(g)	(976.842)	(1.014.049)	37.207	(g)	(976.842)
<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>385.678</b>	<b>37.207</b>		<b>422.885</b>	<b>385.678</b>	<b>37.207</b>		<b>422.885</b>
Acionistas não controladores	-	-		-	(2)	(818)		(820)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>385.678</b>	<b>37.207</b>		<b>422.885</b>	<b>385.676</b>	<b>36.389</b>		<b>422.065</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>641.096</b>	<b>(34.860)</b>		<b>606.236</b>	<b>1.219.484</b>	<b>(32.629)</b>		<b>1.186.855</b>

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

- (a) Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das Companhias do setor elétrico, reclassificou os saldos patrimoniais para:

### Ativo

- A rubrica “Tributos a recuperar” no ativo não circulante para o ativo circulante na Controladora;
- A rubrica de “Adiantamento para futuro aumento de Capital” para “Partes relacionadas” na Controladora e no Consolidado;
- A rubrica de “Adiantamento a fornecedores” para “Outros créditos” na Controladora e no Consolidado;
- A rubrica “Arrendamento Financeiro” para “Estoques” no Consolidado;
- A rubrica “Outros créditos” no ativo circundante para “Adiantamento a Fornecedores”.

## **Passivo**

- A rubrica “Empréstimos e Financiamentos” para “Debêntures” na Controladora e Consolidado;
  - A rubrica “Provisão para passivo descoberto” no passivo não circulante para circulante na Controladora no Consolidado;
  - A rubrica “Provisão para contingências” para “Fornecedores” referente ao processo da Caterpillar Motoren GMBF & CO;
- (b) Anteriormente, a Companhia praticava uma taxa de desconto do qual não foi identificado histórico. O percentual para a TIR (Taxa Interna de Retorno) era de 10,79% e considerava o valor atualizado da receita, desta forma, a receita financeira era carregado por duplicidade de atualização. Outro ponto que também se identificou, é que a Companhia não considerava os custos fixos para fins de cálculo. Para chegar ao valor do ajuste, foi elaborado o cálculo da TIR através de pagamentos futuros, reduzindo a atualização monetária e os custos fixos. Desta forma, chegou-se ao percentual de 7,51%. Adicionalmente, reclassificou-se os valores que estavam na rubrica de diferido, pois referem-se a capitalização de juros e IOF no momento da conversão a gás da Usina RAESA. Desta forma, o valor deveria ser adicionado ao arrendamento e amortizado pelo prazo do Contrato de Suprimentos. Realizou-se os estornos das amortizações ocorridas até 30 de setembro de 2016, considerando assim, somente o ajuste de amortização, conforme recálculo. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	<b>Consolidado</b>
Ajuste do leasing	
Reclassificação para estoque	(7.764)
Ajuste receita financeira - Novo Cálculo	(21.635)
Ajuste amortização - Novo Cálculo	6.885
Reclassificação de diferido para Arrendamento Financeiro	40.418
Total dos ajustes	<b><u>17.904</u></b>

- (c) Não foi identificadas evidências para a contabilização dos valores referente a impostos diferidos ativos e passivos na Controladora e no Consolidado, tão pouco a existência de diferenças temporárias nas apurações de impostos. Desta forma, o montante remanescente foi baixado. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	<b>Consolidado</b>
Ajuste imposto diferido ativo 2007PP ágio	43.080
Ajuste imposto diferido passivo 2007PP ágio	1.816
Ajuste imposto diferido ativo Multiner ágio	(1.096)
Ajuste imposto diferido passivo RAESA Leasing	(19.255)
Total dos ajustes	<b>24.545</b>

- (d) No exercício de 2011, foi revertido o ágio por compra vantajosa da 2007 Participações S.A., investida direta da Multiner S.A., no montante de R\$ 34.671 na Controladora, porém, no exercício de 2012, o saldo foi revertido na contabilidade. É vedada pelo CPC 01 (R1) (CPC, 2010, p. 38) a reversão de perda por *impairment* de *goodwill* e de ativos intangíveis de vida útil indefinida. Dessa maneira, havendo uma reversão de perda relativa a unidade geradora de caixa a qual esteja alocado por expectativa de rentabilidade futura, não se reverterá a parte referente ao *goodwill* baixado anteriormente. A diferença no saldo do Consolidado de R\$ 3.085 era eliminado, porém, não se identificou embasamento técnico para tal eliminação.
- (e) O Ajuste no montante de R\$ 189 na Controladora e Consolidado refere-se a créditos de PIS e COFINS do exercício de 2014 que foram contabilizados no exercício de 2016. De acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, a entidade deve ajustar o saldo de abertura de cada componente do Patrimônio Líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado. Como os ajustes referente ao exercício de 2014, reapresentamos nos saldos iniciais do exercício de 2015.
- (f) O Ajuste no montante de R\$ 72.067 na Controladora refere-se a ajustes ocorridos em exercícios anteriores. De acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, a entidade deve ajustar o saldo de abertura de cada componente do Patrimônio Líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado. Como os ajustes referem-se ao exercício de 2014, reapresentamos nos saldos iniciais do exercício de 2015. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	<b>Controladora</b>
Saldo anterior	175.689
Registro do ágio ref.2007 Part - RAESA	(95.772)
Ajuste de equivalência - Baixa de imposto diferido RAESA	2.296
Ajuste de equivalência - Exercícios anteriores a 01/01/2015	(10.146)
Total dos ajustes	<b>72.067</b>

**(g) Reconciliação do Patrimônio líquido:**

	<b>Consolidado Controladora</b>
Saldo anterior	(1.014.049)
Registro do ágio ref.2007 Part - RAESA	(34.671)
Ajuste de equivalência - Baixa de imposto diferido RAESA	95.773
Ajuste de equivalência - Recalculo de juros CCBs RAESA	(24.126)
Ajuste de equivalência - Exercícios anteriores a 01/01/2015	231
<b>Total dos ajustes</b>	<b>(976.842)</b>

**(h) Os ajustes referem-se ao recalculo das CCBs (cédula da Crédito bancário) da investida indireta Rio Amazonas Energia S.A.**

**(ii) Saldo de reapresentação 31 de dezembro de 2015:**

Ativo	Controladora - 31/12/2015				Consolidado - 31/12/2015			
	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	677	-		677	707	-		707
Contas a receber	-	-		-	145.964	-		145.964
Tributos a recuperar	-	1.946	(a)(e)	1.946	10.939	(189)	(e)	10.750
Arrendamento financeiro	-	-		-	14.586	(1.553)	(b)	13.033
Estoque de peças	-	-		-	-	16.062	(a)	16.062
Bens disponíveis para a venda	-	-		-	147	-		147
Despesas antecipadas	123	-		123	572	-		572
Adiantamento a fornecedores	1.129	-		1.129	1.322	40	(a)	1.362
Outros créditos ativo CP	1	-		1	488	(40)	(a)	448
<b>Total ativo circulante</b>	<b>1.930</b>	<b>1.946</b>		<b>3.876</b>	<b>174.725</b>	<b>14.320</b>		<b>189.045</b>
<b>Não circulante</b>								
Tributos a recuperar	2.134	(2.134)	(a)(e)	-	43.759	-		43.759
Impostos diferidos	-	-		-	17.960	(17.960)	(e)	-
Arrendamento financeiro	-	-		-	186.392	10.383	(b)	196.775
Depositos judiciais	212	-		212	286	-		286
Partes relacionadas	546.240	(61.453)	(a)	484.787	459.651	7.016	(a)	466.667
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.212	(7.212)	(a)	-	7.026	(7.026)	(a)	-
Outros créditos ativo LP	-	20	(a)	20	-	20	(a)	20
Adiantamentos a fornecedores	122	(20)	(a)	102	761	(20)	(a)	741
Intangível	264	-		264	206.460	(36.734)	(d)	169.726
Investimento	93.869	(34.671)	(d)	59.198	-	-		-
Imobilizado	154	-		154	27.978	-		27.978
Propriedade para investimento	5.298	-		5.298	5.298	-		5.298
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>655.505</b>	<b>(105.470)</b>		<b>550.035</b>	<b>955.571</b>	<b>(44.321)</b>		<b>911.250</b>
<b>Total ativo</b>	<b>657.435</b>	<b>(103.524)</b>		<b>553.911</b>	<b>1.130.296</b>	<b>(30.001)</b>		<b>1.100.295</b>

	Controladora - 31/12/2015				Consolidado - 31/12/2015			
	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado	Publicado	Correção de erro	Ref.	Reapresentado
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	16.565	(16.565) (a)	-	-	242.650	(18.781) (a)	-	223.869
Debêntures	-	16.565 (a)	16.565	16.565	-	16.565 (a)(h)	-	16.565
Fornecedores	1.152	-	1.152	1.152	168.182	42.502 (a)	-	210.684
Obrigações sociais e trabalhistas	562	-	562	562	710	-	-	710
Obrigações tributárias	1.114	-	1.114	1.114	13.125	-	-	13.125
Outras obrigações	-	-	-	-	968	-	-	968
Partes relacionadas	10	(10) (a)	-	-	10	(10) (a)	-	-
Provisão passivo a descoberto	-	219.533 (a)(f)	219.533	219.533	-	45.536 (a)	-	45.536
<b>Total passivo circulante</b>	<b>19.403</b>	<b>219.523</b>		<b>238.926</b>	<b>425.645</b>	<b>85.812</b>		<b>511.457</b>
<b>Passivo não circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	261.320	(2.485) (h)	-	258.835
Fornecedores	-	-	-	-	3.374	-	-	3.374
Obrigações tributárias	99	-	99	99	7.165	-	-	7.165
Impostos diferidos	-	-	-	-	38.910	(38.910) (c)	-	-
Provisão passivo a descoberto	269.449	(269.449) (a)(f)	-	-	45.536	(45.536) (a)	-	-
Provisão para contingências	1.157	-	1.157	1.157	45.034	(42.504) (a)	-	2.530
Partes relacionadas	68.665	(68.665) (a)	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	4	-	4	4	4.660	-	-	4.660
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>339.374</b>	<b>(338.114)</b>		<b>1.260</b>	<b>405.999</b>	<b>(129.435)</b>		<b>276.564</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	855.828	-	855.828	855.828	855.828	-	-	855.828
Reserva de capital	543.916	-	543.916	543.916	543.916	-	-	543.916
Prejuízos acumulados	(1.101.086)	15.067 (g)	(1.086.019)	(1.086.019)	(1.101.086)	15.067 (g)	-	(1.086.019)
<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>298.658</b>	<b>15.067</b>		<b>313.725</b>	<b>298.658</b>	<b>15.067</b>		<b>313.725</b>
Acionistas não controladores	-	-	-	-	(6)	(1.445)	-	(1.451)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>298.658</b>	<b>15.067</b>		<b>313.725</b>	<b>298.652</b>	<b>13.622</b>		<b>312.274</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>657.435</b>	<b>(103.524)</b>		<b>553.911</b>	<b>1.130.296</b>	<b>(30.001)</b>		<b>1.100.295</b>

As referências (a), (e) e (d) já foram explicadas na nota de reapresentação de 01 de janeiro de 2015.

- (b) A explicação para o ajuste dos saldos, encontram-se na nota de reapresentação de 01 de janeiro de 2015. Segue abaixo a reconciliação dos saldos:

	<b>Consolidado</b>
Ajuste do leasing	
Reclassificação para estoque	(16.062)
Receita financeira com novo calculo	(37.865)
Amortização com novo calculo	22.339
Reclassificação de diferido para arrendamento	40.418
<b>Total dos ajustes</b>	<b>8.830</b>

- (c) A explicação para o ajuste dos saldos, encontram-se na nota de reapresentação de 01 de janeiro de 2015. Segue abaixo a reconciliação dos saldos:

	<b>Consolidado</b>
Ajuste imposto diferido ativo 2007PP ágio	43.080
Ajuste imposto diferido passivo 2007PP ágio	1.816
Ajuste imposto diferido ativo Multiner ágio	(1.096)
Ajuste imposto diferido passivo RAESA Leasing	(19.255)
Ajuste amortização imposto diferido passivo RAESA Leasing	(3.595)
Total dos ajustes	<b>20.950</b>

- (d) O Ajuste no montante de R\$ 49.916 na Controladora refere-se a ajustes ocorridos em exercícios anteriores a 01 de janeiro de 2015 no exercício de 2015. De acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, a entidade deve ajustar o saldo de abertura de cada componente do Patrimônio Líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado. A reconciliação do saldo ajustado é a seguinte:

	<b>Controladora</b>
Saldo em 01/01/15	175.689
Registro do ágio ref.2007 Part - RAESA	(95.772)
Ajuste de equivalência - Baixa de imposto diferido RAESA	2.296
Ajuste de equivalência - Exercícios anteriores a 01/01/2015	(10.146)
Saldo ajustado em 01/01/15	<b>72.067</b>
Ajuste amortização imposto diferido passivo RAESA Leasing	3.595
Reflexo no resultado dos ajustes do arrendamento financeiro	8.925
Ajuste de reversão de ágio	(34.671)
Saldo ajustado em 31/12/15	<b>49.916</b>

**(g) Reconciliação do Patrimônio líquido:**

	<b>Consolidado</b> <b>Controladora</b>
Saldo em 01/01/15	(1.014.049)
Registro do ágio ref.2007 Part - RAESA	(34.671)
Ajuste de equivalência - Baixa de imposto diferido RAESA	95.773
Ajuste de equivalência - Recalculo de juros CCBs RAESA	(24.126)
Ajuste de equivalência - Exercícios anteriores a 01/01/2015	231
Saldo ajustado em 01/01/15	<b><u>(976.842)</u></b>
Resultado do exercício 31/12/15 anterior	(87.037)
Reflexo no resultado dos ajustes do arrendamento financeiro	(777)
Recalculo de juros CCBs RAESA	(17.769)
Ajuste de reversão de ágio	(3.594)
Saldo ajustado em 31/12/15	<b><u>(1.086.019)</u></b>

**c. Moeda funcional, conversão de saldos e transação em moeda estrangeira**

**(i) Moeda funcional e de apresentação**

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

**(ii) Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços

**d. Critérios de consolidação**

**Investimento em entidades controladas**

A Companhia realiza a consolidação das empresas relacionadas a seguir:

<b>Controladas Diretas</b>	<b>Participação acionária</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
2007 Participações S.A.	99,99%	99,99%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

As informações contábeis consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2016 incluem as operações da Companhia e das controladas listadas acima. Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.

- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas. O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

***Controladas em conjunto***

Apesar da Multiner possuir a maior parte das ações com direito a voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

**e. Políticas contábeis e estimativas**

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e

premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

**f. Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições. Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas são:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “Depósito vinculado”.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

(b) Contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Contas a receber como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”) e podem ser reduzidos por ajustes de créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber incluem valores referentes a faturas emitidas pelo suprimento de energia e créditos relativos a conta de consumo de combustível – CCC.

(c) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados anualmente para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(d) **Baixa de ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, elas mantêm esse ativo financeiro e reconhecem um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

(i) ***Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente***

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

a. ***Provisão para contingências***

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

**b. *Imobilizado***

**c. *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas controladas pela Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI cujos valores estão com provisão de perda de recuperabilidade.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

***Custos subsequentes***

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

***Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica nº 474 de janeiro de 2012.

***Ajuste ao provável valor recuperável***

O imobilizado, investimentos e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os

ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**d. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

**e. Imposto de renda e contribuição social**

(i) ***Imposto de Renda e contribuição social corrente***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Na determinação do imposto de renda a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

**(ii) Imposto de Renda e contribuição social diferido**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

**f. Reconhecimento de receita das controladas**

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

**g. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seria requerida a realização de teste de recuperabilidade.

O principal ativo intangível da Companhia é o ágio resultante na aquisição de controladas.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**h. Propriedade para investimento**

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 – Ativo Imobilizado.

**i. Capital Social**

***Ações ordinárias***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

***Ações preferenciais***

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

### **Dividendos**

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

### **j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## **3 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
Caixa	3	3	5	2
Bancos	12	4	108	31
Aplicações Financeiras (i)	-	670	-	673
Total	15	677	113	706

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário - CDB e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro, sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor.

A Companhia recebeu, no dia 13 de setembro de 2016, ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Controladora, expedida cautelarmente nos autos do Processo n.º 37.371-11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. A Companhia respeita a decisão da Justiça, mas entende que a cautela não é estritamente necessária, pois tem disposição em cooperar, de forma transparente, com a elucidação dos fatos apurados pela Operação Greenfield. Para tanto, adotará imediatamente as medidas judiciais cabíveis para resguardar os seus legítimos interesses. O caixa e equivalente de caixa das controladas New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A. não foram afetadas pela medida cautelar.

## 4 Contas a receber

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015 Reapresentado</b>
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – RAESA (i)	22.526	23.095
( - )Glosa de receita (iii)	(4.383)	(420)
Conta de Consumo de Combustível – CCC (ii)	107.179	123.289
Outros	177	-
<b>Total</b>	<b>125.499</b>	<b>145.964</b>

(i) O saldo refere-se a venda de energia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado na controlada RAESA. O montante de R\$ 23.526 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 22.095 em 31 de dezembro de 2015) é composto por:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>31/12/2015 Reapresentado</b>
Faturamento fixo	19.362	18.507
Faturamento variável	3.164	4.588
<b>Total</b>	<b>22.526</b>	<b>23.095</b>

(ii) O montante de R\$ 107.179 (R\$ 123.289 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a conta CCC – ISOL (conta consumo de combustível isolado), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

O mandado de segurança foi impetrado, tendo sido julgado procedente, para o fim de, afastando a incidência das Resoluções normativas 347/2009 e 427/2011 da ANEEL, determinar à ANEEL o reembolso de combustível adquirido pela RAESA da Petrobrás Distribuidora com base nos valores constantes em Nota Fiscal.

A Procuradoria emitiu parecer com força executória, determinando o imediato cumprimento da decisão, e esclarecendo sua eficácia: “o reembolso dos valores judicialmente reconhecidos à Rio Amazonas Energia S.A. deve ser realizado a partir da data de 4 de setembro de 2009”

(iii) O montante de R\$ 4.383 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 420 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a glosa da receita em função da indisponibilidade das máquinas da investidas Rio Amazonas S.A..

## 5 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015		31/12/2015	
	30/09/2016	Reapresentado	30/09/2016	Reapresentado
Wartsila Switzerland	-	-	2.417	180
Quinque-N Entrepreneurs LLC	-	-	560	-
International Chamber Of Com.Process.	519	625	519	625
Nova Energia Serviços Ltda	450	450	450	450
Global Marine Power LLC	-	-	431	-
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
Somax Ambiental & Acústica Ltda	-	-	522	522
Areva Transmissão de Energia	-	-	116	116
Outros	199	53	510	107
<b>Total</b>	<b>1.271</b>	<b>1.231</b>	<b>5.628</b>	<b>2.103</b>
Circulante	1.168	1.129	4.887	1.362
Não Circulante	103	102	741	741

A natureza dos adiantamentos apresentados acima deve-se a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens cuja utilização serão aplicadas em máquinas e equipamentos.

## 6 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015		31/12/2015	
	30/09/2016	Reapresentado	30/09/2016	Reapresentado
IRPJ (i)	49	228	38.095	30.214
CSLL (i)	85	79	12.293	12.375
IRRF	-	-	4.198	5.254
COFINS	-	1.125	2.559	4.349
ICMS	-	-	822	1.025
PIS	13	244	612	944
Outros impostos a recuperar	269	269	698	347
<b>Total</b>	<b>416</b>	<b>1.945</b>	<b>59.277</b>	<b>54.509</b>
Circulante	416	1.945	8.041	10.750
Não Circulante	-	-	51.236	43.759

(i) Os saldos de IRPJ e CSLL, apresentados referem-se a retenções de impostos realizado na fonte das investidas Raesa e New Energy, relativo ao faturamento oriundo de 2009 até 2015, está retenção é reconhecida visto que este faturamento está vinculado a órgãos públicos .A Companhia está em processo de análise dos créditos para solicitação a restituição dos valores.

## 7 Partes relacionadas

### (a) Remuneração de pessoal-chave da administração

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado está apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
Administradores (pró-labore)	877	989	877	989
Conselho de administração e fiscal	600	524	600	524
Total	1.477	1.513	1.477	1.513

### (b) Mútuos com partes relacionadas

#### Saldos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
Eólica Adm.e Part.Ltda	68.662	65.465	68.662	65.465
Cia Energética do Uruguai S.A.	15.700	9.447	15.700	9.447
Termelétrica Itapebi S.A.	2.137	165	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	1.849	-	-	-
2007 Participações S.A.	11	12	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	29	-	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	21	-	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	33	20	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	258.571	233.011	258.571	233.011
New Energy Options S.A.(ii)	59.071	85.652	59.071	85.652
Rio Amazonas Energia S.A.(ii)	25.041	17.924	-	-
Central Energética Palmeiras S.A.	53.406	48.126	53.406	48.126
Termelétrica Pernambuco III S.A.	27.706	24.965	27.706	24.966
Total	512.237	484.787	483.116	466.667

**Reconhecimento de Juros Resultado:**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016
Bolognesi Energia S.A.	25.560	20.607	25.560	20.607
Eólica Adm.e Part.Ltda	3.197	4.323	3.197	4.323
Central Energética Palmeiras S.A.	5.279	4.248	5.279	4.248
New Energy Options S.A.	571	2.859	-	-
Termelétrica Pernambuco III S.A.	2.740	2.164	2.740	2.164
Cia Energética Uruguai - CEU	6.253	-	-	-
Rio Amazonas S.A.	281	-	-	-
Total	43.881	34.201	36.776	31.342

(i) Do saldo no ativo de R\$ 258.571 (R\$ 233.012 em 31 de dezembro de 2015), o montante de R\$ 221.951 (R\$ 200.011 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao contrato de mútuo entre Multiner S.A. e a controladora Bolognesi Energia S.A., cujo valor do principal é de R\$ 152.459 e juros de R\$ 69.492 (R\$ 47.552 em 31 de dezembro de 2015). O valor principal foi remunerado sobre a variação de 105% do índice CDI.

Esse valor deverá ser utilizado quando da capitalização indireta da Mesa S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do primeiro aditivo ao contrato de reorganização da Multiner S.A., assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali exposta, dentre elas aquelas descritas na nota explicativa nº17b. O saldo remanescente de R\$ 36.621 (R\$ 33.001 em 31 de dezembro de 2015) trata-se de assunção de dívida dos antigos sócios da Multiner.

Cabe destacar, que incide IOF – Imposto sobre Operação Financeira sobre estas transações, os quais são devidamente registrados e recolhidos.

(ii) Em 03 de março de 2016, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração a compensação das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) de titularidade da Multiner S.A. emitidas pela controlada Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA), no montante de R\$ 68.665, que até então estavam reconhecidos como mútuo entre RAESA e Multiner S.A.

(iii) O saldo no ativo refere-se a cédula de crédito bancário (CCBs) adquiridos no âmbito da reorganização financeira da Multiner. Os referidos CCB's possivelmente serão convertidos em capital social.

Durante o período a Companhia manteve relação com a empresa D&B Assessoria e Participações Sociedade Simples, no montante de R\$ 319.659, a qual tem como sócio o Sr. Rodrigo Reck Dias, que também é sócio da empresa BRD Assessoria e Participações Ltda, está por sua vez tem como um dos outros sócios, o Sr. Ronaldo Marcelo Bolognesi, controlador da Bolognesi Energia e Multiner S.A.

## **8 Arrendamento financeiro a receber**

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, os equipamentos e edificações da controlada Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA) se caracterizam

como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7,51%, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usina. A seguir, os critérios utilizados para embasar como Leasing financeiro:

- (i) A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. possui capacidade operacional, porém, seu direito de exercê-lo só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- (ii) Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido, e;
- (iii) O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deve ser única e exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O valor reconhecido como arrendamento financeiro a receber é de:

	<u>Consolidado</u>	
	<b>31/12/2015</b>	
	<b><u>30/09/2016</u></b>	<b><u>Reapresentado</u></b>
Leasing financeiro	200.124	209.808
Circulante	13.772	13.033
Não circulante	186.352	196.775

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>	
	<b>31/12/2015</b>	
	<b><u>30/09/2016</u></b>	<b><u>Reapresentado</u></b>
Até 1 ano	13.772	13.033
Acima de 1 ano - até 5 anos	66.422	62.861
Mais de 5 anos	119.930	133.914
Total	<u>200.124</u>	<u>209.808</u>

## 9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda está avaliando a sua melhor utilização.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
Sapeaçu/BA	667	667	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602	2.602	2.602
<b>Total</b>	<b>5.298</b>	<b>5.298</b>	<b>5.298</b>	<b>5.298</b>

A administração decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

## 10 Intangível

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
Ágio proveniente de compra vantajosa (i)	-	-	57.044	57.044
Ágio expectativa de rentabilidade futura - goodwill (ii)	-	-	52.238	112.379
Projeto Iraí (iii)	254	254	254	254
Software	6	10	9	16
Obras de arte	-	-	33	33
<b>Total</b>	<b>260</b>	<b>264</b>	<b>109.578</b>	<b>169.726</b>

### (i) Ágio proveniente de compra vantajosa:

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II e a controladora da usina Rio Amazonas S.A., denominada 2007 Participações S.A.. As projeções consideraram diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas.

Considerando o valor presente dos fluxos de caixa, o ágio apurado foi de R\$15.503 para Alegria I e II e R\$ 76.212 para 2007 Participações S.A..

Anualmente, a Companhia realiza a análise de recuperabilidade dos ativos, através da análise dos fluxos de caixa descontado. Desta forma, no exercício de 2011, a Companhia realizou uma baixa

por falta de expectativa de recuperabilidade futura do valor recuperável no montante de R\$ 34.671 referente ao ágio apurado na 2007 Participações S.A., que advém da usina Rio Amazonas S.A. Sendo assim, o saldo em 30 de setembro de 2016 desta Companhia é R\$ 41.541 somado ao ágio apurado na Alegria I e II de R\$ 15.503.

**(ii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill:**

Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas informações contábeis consolidadas em função da combinação de negócios.

O valor é amortizado mensalmente de forma linear até o prazo final do contrato. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a amortização acumulada é de R\$ 6.844. A Companhia realiza a análise de recuperabilidade dos saldos anualmente. Para 2016, identificou-se o *impairment* no montante de R\$ 53.297.

**(iii) Projeto Iraí:**

Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S/A em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. A Companhia está estudando maneiras de marcar o ativo para venda para recuperar os montantes já investidos no projeto.

## 11 Investimentos

### (a) Controladora – Passivo (Provisão para perda de investimento)

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor patrimonial líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

	2007 Participações	New Energy Options	Cia Energética Uruguai	Termelétrica Itapebi	Termelétrica Pernambuco IV	Termopower V	Termopower VI	Total
<b>Informações sobre a empresa em 30/09/16</b>								
Patrimônio líquido	(249.698)	(86.344)	(8.815)	(26.000)	(619)	2	10	
Ativo circulante	179.889	145.631	-	671	-	35	32	
Ativo não circulante	290.053	861.148	10.668	23.264	5	-	-	
Passivo circulante	412.230	312.939	721	44.801	604	-	-	
Passivo não circulante	307.410	780.185	18.762	5.134	20	33	22	
Resultado do período	(106.991)	(31.698)	(6.253)	6.138	(14)	(13)	(13)	
Percentual de participação	99,900%	80,000%	71,000%	100,000%	100,000%	100,000%	100,000%	
<b>Provisão para perda de investimento em 31/12/2014</b>	<b>(78.882)</b>	<b>-</b>	<b>(1.818)</b>	<b>(21.863)</b>	<b>(654)</b>	<b>(233)</b>	<b>(172)</b>	<b>(103.622)</b>
Aumento de Capital	-	-	-	4.385	82	242	172	4.881
Transferência para/de passivo à descoberto	-	14.737	-	-	-	(15)	(23)	14.699
Equivalência patrimonial	(62.372)	(58.454)	-	(14.659)	(35)	6	23	(135.491)
<b>Provisão para perda de investimento em 31/12/2015</b>	<b>(141.254)</b>	<b>(43.717)</b>	<b>(1.818)</b>	<b>(32.137)</b>	<b>(607)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(219.533)</b>
Equivalência patrimonial	(106.884)	(25.358)	(4.440)	6.138	(14)	-	-	(130.558)
<b>Provisão para perda de investimento em 30/09/16</b>	<b>(248.138)</b>	<b>(69.076)</b>	<b>(6.258)</b>	<b>(25.999)</b>	<b>(621)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(350.090)</b>

**(b) Consolidado – Provisão (Provisão para perda de investimento)**

(i) Em 30 de setembro de 2016, o saldo do consolidado refere-se a soma das investidas New Energy Options Geração de Energia S.A. no montante de (R\$ 69.076) e Cia Energética Uruguai – CEU (R\$ 6.258). Ambas empresas não consolidam por obter o controle compartilhado, conforme demonstrado em nota explicativa nº 2d.

**(c) Controladora – Ativo**

	New Energy Options	Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Termelétrica Termopower V S.A.	Termelétrica Termopower VI S.A.	Ágio por compra vantajosa	Total
<b>Informações sobre a empresa em 30/09/16</b>						
Patrimônio líquido	(86.344)	911	2	10		
Ativo circulante	145.631	174	35	32		
Ativo não circulante	861.148	5.075	-	-		
Passivo circulante	312.939	777	-	-		
Passivo não circulante	780.185	3.561	33	22		
Resultado do período	(31.698)	(1.204)	(13)	(13)		
Percentual de participação	80,000%	100,000%	100,000%	100,000%		
<b>Investimento em 31/12/2014</b>	<b>14.737</b>	<b>1.244</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.044 (i)</b>	<b>73.025</b>
Aumento de Capital	-	948	-	-	-	948
Equivalência patrimonial	-	(76)	-	-	-	(76)
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	(14.737)	-	15	23	-	(14.699)
<b>Investimento em 31/12/2015</b>	<b>-</b>	<b>2.116</b>	<b>15</b>	<b>23</b>	<b>57.044</b>	<b>59.198</b>
Equivalência patrimonial	-	(1.204)	(13)	(13)	-	(1.230)
<b>Investimento em 30/09/2016</b>	<b>-</b>	<b>912</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>57.044</b>	<b>57.967</b>

(i) Refere-se a ágio apurado na combinação de negócios, conforme mencionado na nota explicativa nº10 (i).

**(d) Comprometimento de capital**

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A., dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte de R\$ 1.068 restantes na CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

## 12 Imobilizado

### A. Composição do saldo

<b>Controladora</b>					
Itens	Taxa de Depreciação (%)	30/09/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	-
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	24	(14)	10	7
Móveis e utensílios	6,25%	125	(79)	46	56
Instalações	10,0%	28	(23)	5	8
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	308	(235)	73	83
<b>Total</b>		<b>1.011</b>	<b>(877)</b>	<b>134</b>	<b>154</b>

<b>Consolidado</b>					
Itens	Taxa de Depreciação (%)	30/09/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	0,0%	67	-	67	67
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	-
Edificações		43.538	-	43.538	43.538
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	32.623	(17)	32.606	32.603
Móveis e utensílios	6,25%	135	(81)	54	64
Instalações	10,0%	28	(23)	5	8
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	312	(239)	73	83
		<b>77.229</b>	<b>(886)</b>	<b>76.343</b>	<b>76.363</b>
Ajuste ao valor recuperável (i)				(48.387)	(48.387)
<b>Total</b>				<b>27.956</b>	<b>27.976</b>

(i) A Companhia realizou no exercício de 2014 a análise de recuperabilidade dos ativos e realizou ajuste ao provável valor recuperável no montante de R\$ 48.387.

## B. Movimentação do imobilizado

<b>Controladora</b>						
	Benefitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>87</b>	<b>10</b>	<b>65</b>	<b>10</b>	<b>82</b>	<b>254</b>
Adições	101	-	-	-	22	123
Baixas	-	-	(1)	-	-	(1)
Depreciação	(189)	(2)	(7)	(3)	(21)	(222)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>64</b>	<b>7</b>	<b>83</b>	<b>154</b>
Adições	-	4	-	-	1	5
Baixas	-	-	(4)	-	-	(4)
Depreciação	-	(2)	(6)	(2)	(12)	(22)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>54</b>	<b>5</b>	<b>72</b>	<b>134</b>

<b>Consolidado</b>										
		Terrenos	Benefitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Edificações	Ajuste ao valor recuperável	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>67</b>	<b>87</b>	<b>32.608</b>	<b>73</b>	<b>10</b>	<b>82</b>	<b>41.522</b>	<b>(48.387)</b>	<b>26.062</b>
Adições	Adições		100	52.801			22		-	52.923
Baixas	Baixas			(50.786)	(2)				-	(50.788)
Depreciação	Depreciação		(189)	(2)	(8)	(3)	(21)		-	(222)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>34.620</b>	<b>63</b>	<b>7</b>	<b>83</b>	<b>41.522</b>	<b>(48.387)</b>	<b>27.976</b>
Adições	Adições			414			1			416
Baixas	Baixas			(409)	(4)					(413)
Depreciação	Depreciação			(2)	(6)	(2)	(12)		-	(22)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>34.624</b>	<b>53</b>	<b>5</b>	<b>73</b>	<b>41.522</b>	<b>(48.387)</b>	<b>27.956</b>

## 13 Estoque

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>Reapresentado</b>
Peças para manutenção	17.807	16.062
Total	17.807	16.062

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção da investida indireta Rio Amazonas S.A..

## 14 Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>		<b>31/12/2015</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>Reapresentado</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>Reapresentado</b>
Petrobrás Distribuidora S.A. (i)	-	-	110.579	130.884
Wartsila Brasil Ltda	-	-	13.549	9.675
Caterpillar Motoren GMBF & CO (ii)	-	-	43.555	51.593
Wartsila Switzerland	-	-	7.221	8.426
Wartsila Finland OU	1	-	4.406	5.131
Grau Sociedade de Advogados	2.955	-	2.955	-
Engevix Construções S.A.	1.119	-	1.117	-
EMPA S.A Serviços de Engenharia	-	-	4.477	4.477
Davis Polk & Wardwell	448	539	448	539
Machado Meyer Sendaz e Poice Advogados	283	283	283	283
Outros	365	330	3.607	3.050
Total	5.171	1.152	192.196	217.432
Circulante	5.171	1.152	188.823	210.688
Não circulante	-	-	3.373	3.374

(i) O montante refere-se ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser liquidado pela Eletrobrás (via conta CCC), conforme nota explicativa nº 4.

(ii) Do saldo em aberto com Caterpillar, o montante de R\$ 33.016 estava sendo discutido judicialmente, sendo reconhecido como causa de perda provável. Em 07 de julho de 2016, houve o despacho na ação do cumprimento de sentença arbitral, determinando que a Termelétrica Itapebi S.A. e/ou sua controladora a efetuasse o pagamento do valor devido. A Companhia fez proposta de pagamento parcelado neste valor à Caterpillar, e aguarda retorno do fornecedor.

## 15 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
IRPJ/CSLL	2.234	526	2.311	526
ICMS	-	-	2.806	2.884
IOF	1.526	340	1.548	481
Outros	134	219	836	726
Total	3.894	1.085	7.501	4.614
<b>Parcelamentos:</b>				
ICMS (i)	-	-	9.186	15.545
Imposto Territorial Rural	95	128	95	128
Total	95	128	9.281	15.673
Total geral	3.989	1.213	16.782	20.290
Circulante	3.907	1.114	15.993	13.125
Não circulante	82	99	789	7.165

(i) O saldo de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) é oriundo das operações de venda de energia pela investida Rio Amazonas Energia S.A. Em dezembro de 2012, o montante em aberto de R\$ 46.321 foi renegociado junto à Secretaria do Estado do Amazonas, através de processo de parcelamento pactuado em 60 meses, com término em outubro de 2017. Os desembolsos realizados a título de pagamento deste parcelamento no exercício de 2015 e nove meses de 2016 foram de R\$ 7.878 e R\$ 10.504 respectivamente.

## 16 Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é composto da seguinte forma:

<b>Controladora</b>									
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	30/09/2016			31/12/2015 Reapresentado		
				Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	6.284	6.284	-	5.522	5.522	-
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	12.568	12.568	-	11.043	11.043	-
<b>Total</b>			<b>9.000</b>	<b>18.852</b>	<b>18.852</b>	<b>-</b>	<b>16.565</b>	<b>16.565</b>	<b>-</b>

<b>Consolidado</b>									
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	30/09/2016			31/12/2015 Reapresentado		
				Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	6.284	6.284	-	5.522	5.522	-
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	12.568	12.568	-	11.043	11.043	-
Postalís (i)	Raesa	Térmica	38.850	73.121	73.121	-	62.998	62.998	-
Fundos de Pensão (ii)	Raesa	Térmica	165.050	166.468	166.468	-	156.307	156.307	-
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	69.090	16.423	298.066	-	263.399	263.399	-
<b>Total</b>			<b>281.990</b>	<b>274.864</b>	<b>556.507</b>	<b>-</b>	<b>499.269</b>	<b>499.269</b>	<b>-</b>

**b. Principais características dos empréstimos e financiamentos**

Controladora														
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término	30/09/2016			31/12/2015		
									Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	09/08/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1

Consolidado														
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término	30/09/2016			31/12/2015		
									Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	09/08/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1
Postalís (i)	Raesa	Térmica	38.850	CCB	10% a.a. + IGPM	20/04/06	20/04/06	25/01/16	1	-	1	1	-	1
Fundos de Pensão (ii)	Raesa	Térmica	165.050	CCB	9,95% a.a. + IGPM	17/02/06	17/02/06	15/12/16	24	17	7	24	6	18 (ii)
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	69.090	CCB	9,11% a.a. + IGPM	26/09/06	26/09/06	15/01/27	140	15	125	140	6	134 (ii)

**(i) Conversão Obrigatória**

Conforme acordo celebrado no contrato de reorganização e de financiamento da Companhia, estas dívidas serão convertidas em capital, após a conclusão de determinadas ações estabelecidas no referido contrato, as quais estão descritas de forma mais detalhada na nota explicativa nº 17.

**(ii) Negociação para Repactuação e Conversão**

A Companhia está em tratativas com os detentores dos CCBs (cédula de crédito bancário) para alongamento/repactuação da dívida, que tem como vencimento inicial em 15/12/16.

**(iii) Conversão Obrigatória**

A Companhia está em tratativas com os detentores dos CCBs (cédula de crédito bancário) para alongamento da dívida e conversão de parte em capital, em linha com os termos e condições aceitos previamente por outros credores, conforme nota explicativa nº17.

### ***Covenants:***

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em meados de 2012, cuja parte das dívidas ainda precisam ser convertidas em capital ou alongadas. As CCBs das subsidiárias possuem determinadas cláusulas restritivas (covenants) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento de covenants. Nesta mesma data foram liquidadas ou convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Em 30 de setembro de 2016, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores, a Companhia realizou a reclassificação da dívida para o passivo circulante.

### ***Garantias dos financiamentos:***

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

Conforme o acordo de reorganização financeira da Multiner, firmado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCB's da Controlada New Energy com vencimento a partir de fevereiro de 2012, passaram a ter carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal e as CCB's da Controlada RAESA tiveram seu vencimento alterado à partir de 31 de janeiro de 2015. Contudo, a Companhia está renegociando parte das CCB's atualmente que esteja de acordo com sua capacidade de pagamento.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembléia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Fundação CELG de Seguros e Previdência (Eletra), FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito

Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), restando 18 (dezoito) Debêntures em Circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Desta forma não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento e ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

## 17 Patrimônio líquido

### (a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 855.828 (R\$ 855.828 em 31/12/15) dividido em 20.280.081 (vinte milhões, duzentos e oitenta mil e oitenta e um) ações. Segue abaixo a composição das ações:

31/12/2015						
Acionistas	Qde Total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.535	2.708.533	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	10.631.915	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	<u>14.721.296</u>	<u>7.877.739</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>6.532.211</u>	<u>311.344</u>

30/09/2016					
Acionistas	Qde Total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B
Bolognesi Energia S.A.	2.806.848	2.806.846	1	1	-
Brasilterm Energia S.A.	1.841.128	1.841.128	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	15.632.105	4.338.360	-	-	11.293.745
	<u>20.280.081</u>	<u>8.986.334</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>11.293.745</u>

### (b) Evolução do Patrimônio líquido

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi Energia comprou as ações dos antigos acionistas JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, através do contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas.

Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo:

- Refinanciamento das dívidas da Companhia;
- Capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e;
- Transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi Energia.

Nesta mesma data, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, à época, eram mantidas em tesouraria;
- Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1, considerando
  - a) Total integralização do atual capital social da Companhia e
  - b) Necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social e aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: Valor do aumento de capital no montante de R\$ 391.636, sendo R\$ 99.999 através de integralização imediata, e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que forem realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Energia S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A.

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R\$ 105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passou a ser titular de tais créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam:

- Aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 208.497, sendo:
  - a) R\$ 152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações.
  - b) R\$ 55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A..
- Alteração das características de ações preferenciais;
- Emissão de três lotes de bônus de subscrição e;
- Outros créditos no valor de R\$ 236.663, que deverão ser capitalizados pela conversão de dívidas da Postalis e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.

- Estabelece a obrigação de aporte adicional de ativos pela Bolognesi Energia na Multiner ou na Mesa Participações S.A. no montante de R\$ 225.921.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B;
- Aumento de capital no valor de R\$ 11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$ 0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. e;
- Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A..
- O acionista Bolognesi realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R\$ 100.000.000,00 (corrigido pelo IPCA a partir de 28.03.12) até 31.12.15. Adicionalmente o acionista Bolognesi está obrigado a realizar outro aporte de capital de R\$ 125.920.666,67 (também corrigido pelo IPCA a partir de 28.03.16) até 31.12.2020.

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 03 de junho de 2015 ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA;
- Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários;
- Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima.

A Companhia está em tratativas com seus credores e acionistas para listagem no Bovespa Mais nos próximos 12 meses.

Em 08 de setembro de 2015, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 122.216 (cento e vinte e duas mil, duzentas e dezesseis) Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias e 1.135.000 (um milhão, cento e trinta e cinco mil) Ações Preferenciais da Classe B;
- Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;

- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S/A e Brasilterm Energia S/A.

Em 14 de março de 2016, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 311.344 (trezentas e onze mil, trezentos e quarenta e quatro) Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias e 4.761.534 (quatro milhões, setecentas e sessenta e uma mil e quinhentas e trinta e quatro) Ações Preferenciais da Classe B;
- Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S/A e Brasilterm Energia S/A. Esse capital será integralizado no segundo trimestre de 2016.
- A Companhia irá anular ou retificar os atos realizados na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de março de 2016, dado que tal alteração gerou desequilíbrio entre ações ordinárias e preferências.

### **(c) Ações preferenciais**

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais resgatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão

atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

**(d) Reserva de capital para investimento**

Essa reserva é referente ao Ajuste de Avaliação Patrimonial em função basicamente da Combinação de Negócios na aquisição da 2007 Participações S.A realizada em 2009.

**(e) Dividendos**

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

**18 Provisão para contingência**

**(a) Causas prováveis**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>30/09/2016</b>
	<b>Reapresentado</b>	<b>Reapresentado</b>	<b>Reapresentado</b>	<b>Reapresentado</b>
Medabil Sistemas Construtivos S.A. (i)	-	-	1.336	1.336
Contingências trabalhistas diversas	1.192	1.157	1.192	1.192
<b>Total</b>	<b>1.192</b>	<b>1.157</b>	<b>2.528</b>	<b>2.528</b>

(i) Ação de cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre Medabil Sistemas Construtivos e Termelétrica Itapebi S.A. para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.

**(b) Causas possíveis**

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía em andamento 7 processos judiciais, cujo montante aproximado é de R\$ 140.010 na controladora e R\$ 11.586 para suas controladas, cuja

materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

## 19 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u> <u>Reapresentado</u>
Energia Fixa (i)	82.974	76.694
Energia variável (ii)	17.862	19.162
<b>Total Receita Bruta</b>	<b>100.835</b>	<b>95.856</b>
PIS (iii)	(1.247)	(1.537)
COFINS (iii)	(5.746)	(7.079)
ICMS	(25.198)	(23.948)
Pesquisa e desenvolvimento	(679)	(624)
Arrendamento Financeiro – RAESA (iv)	(21.347)	(21.365)
<b>Total Deduções</b>	<b>(54.217)</b>	<b>(54.553)</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>46.618</b>	<b>41.303</b>

### (i) Receita Fixa

O valor apresentado como receita fixa refere-se a parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controladora Rio Amazonas Energia S.A. junto a empresa Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW.

### (ii) Receita Variável

O valor apresentado como receita variável refere-se a parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC – 1819/2005, firmado entre a controlada Rio Amazonas Energia S.A. junto à empresa Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento pela energia fornecida referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.

### (iii) PIS e COFINS

Os impostos apurados a título de PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% de PIS e 7,60% de COFINS sobre as receitas oriundas do faturamento da usina Rio Amazonas Energia S.A., e 1,65% de PIS e 3,00% de COFINS sobre as receitas financeiras oriundas de rendimentos realizados sobre aplicações financeiras e receitas oriundas das operações de mútuos realizadas entre as empresa do grupo Multiner S.A..

**(iv) Arrendamento financeiro - RAESA**

O montante refere-se a amortização do arrendamento financeiro da RAESA, conforme demonstrado na nota explicativa nº8.

**20 Custo do serviço**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2015</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>Reapresentado</b>
Penalidade indisponibilidade de energia (i)	(11.903)	(601)
Operação e manutenção	(9.974)	(7.982)
Salários e encargos	(2.979)	(2.626)
Material e insumos	(2.762)	(2.801)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(2.409)	(2.341)
Outros	(201)	(161)
	(30.228)	(16.512)

(i) O montante de R\$ 11.903 refere-se a Glosa na receita da investida indireta Rio Amazonas S.A. RAESA por indisponibilidade de geração de energia.

**21 Despesas operacionais**

**(a) Gerais e administrativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2015</b>		<b>30/09/2015</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>Reapresentado</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>Reapresentado</b>
Serviços Jurídicos	(4.690)	(174)	(4.690)	(920)
Serviços de consultoria	(1.714)	(1.529)	(1.997)	(1.874)
Impostos e taxas	(3.481)	(1.073)	(3.780)	(1.881)
Armazenagem	-	-	(1.544)	(1.552)
Alugueis	(1.339)	(1.309)	(1.435)	(1.334)
Provisão para contingências	(273)	(1.621)	(1.038)	(1.659)
Honorários da administração	(877)	(1.200)	(877)	(1.200)
Honorários do conselho	(600)	(616)	(600)	(616)
Internet e telefonia	(320)	(361)	(679)	(412)
Manutenção	(309)	(32)	(442)	(72)
Seguros	(80)	(104)	(308)	(240)
Registros e taxas	(348)	(383)	(374)	(417)
Viagens e estadias	(297)	(298)	(370)	(339)
Outros	(278)	(365)	(278)	(365)
	(14.606)	(9.065)	(18.412)	(12.881)

**(b) Outras (receitas) despesas**

<b>Outras Despesas</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2016</b>	<b>30/09/2015</b> <b>Reapresentado</b>	<b>30/09/2016</b>	<b>30/09/2015</b> <b>Reapresentado</b>
<i>Impairment</i> referente à investimento (i)	-	-	(53.297)	-
Amortização de ágio – goodwill (i)	-	-	(6.844)	(9.198)
Reversão de provisão de contingência	-	663	6.292	663
Outras despesas	217	(1)	(917)	164
<b>Total de outras despesas</b>	<b>217</b>	<b>662</b>	<b>(54.766)</b>	<b>(8.371)</b>

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº10, foi realizada a análise da recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura, referente a investida 2007 Participações S.A. Desta forma, identificou-se a necessidade de impairment no saldo no montante de R\$ 53.297, visto refletir a realidade da Companhia. Este ágio é amortizado mensalmente pelo prazo do contrato de geração de energia, cujo saldo em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 6.844.

## 22 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015 Reapresentado	30/09/2016	30/09/2015 Reapresentado
Rendimento de aplicação financeira	70	14.268	140	14522
Atualização monetária sobre créditos tributários	27	24	3.629	2.409
Juros ativos sobre mútuo	43.881	34.201	44.002	43.531
Variações cambiais ativas	191	309	5.096	6.405
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	11.663	12.367
Outras receitas financeiras	2	-	46	117
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>44.171</b>	<b>48.801</b>	<b>64.576</b>	<b>79.331</b>
Juros sobre cédula de crédito bancário (CCB)	-	-	(74.209)	(70.927)
Juros passivos sobre mútuo	(1.812)	(6.072)	(996)	(9.345)
IOF	(3.693)	(3.115)	(4.212)	(4.134)
Atualização monetária sobre passivos tributários	(501)	(55)	(2.990)	(1.432)
Multa sobre impostos	(472)	(110)	(618)	(244)
Juros sobre debêntures	(2.287)	(1.880)	(2.287)	(1.880)
Variações cambiais passivas	(217)	(271)	(1.867)	(24.107)
Multas contratuais	(33)	(48)	(1.450)	(121)
Outras despesas financeiras	(45)	(50)	(540)	(433)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(9.060)</b>	<b>(11.601)</b>	<b>(89.169)</b>	<b>(112.623)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>35.111</b>	<b>37.200</b>	<b>(24.593)</b>	<b>(33.292)</b>

## 23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

<b>Controladora</b>					
Ativo	Mensuração	31/12/2015			
		30/09/2016		Reapresentado	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Financiamentos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Custo amortizado	15	15	7	7
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	Custo amortizado	512.237	512.237	484.786	484.786
<b>Ativos financeiros mantidos para negociação</b>					
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	Valor Justo	-	-	670	670
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores (Nota 14)	Custo amortizado	5.171	5.171	1.152	1.152
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	Custo amortizado	18.852	18.735	16.565	16.462

<b>Consolidado</b>					
Ativo	Mensuração	31/12/2015			
		30/09/2016		Reapresentado	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Financiamentos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Custo amortizado	113	113	33	33
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	Custo amortizado	483.116	483.116	466.666	466.666
<b>Ativos financeiros mantidos para negociação</b>					
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	Valor Justo	-	-	673	673
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores (Nota 14)	Custo amortizado	192.196	192.196	214.058	214.058
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	Custo amortizado	556.507	553.040	499.269	496.159

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto financiamentos e debêntures, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

### **Hierarquia de valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um, método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

<b>Controladora</b>					
Ativo	Nível	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Reapresentado Contábil	Valor justo
<b>Financiamentos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Nível 1	15	15	7	7
<b>Ativos financeiros mantidos para negociação</b>					
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	Nível 1	-	-	670	670
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	Nível 2	18.852	18.735	16.565	16.462

<b>Consolidado</b>					
Ativo	Nível	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Reapresentado Contábil	Valor justo
<b>Financiamentos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	Nível 1	113	113	33	33
<b>Ativos financeiros mantidos para negociação</b>					
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	Nível 1	-	-	673	673
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	Nível 2	556.507	553.040	499.269	496.159

### **Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado.

- Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos: Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.
- Contratos de mútuo: Estão mensuradas pelo custo amortizado, sendo classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

### **Administração financeira de risco**

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

#### **a. Risco de liquidez**

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis intermediárias, e os juros a vencer até o final do contrato.

Controladora		Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
30 de setembro de 2016								
Fornecedores (Nota 14)		5.171	5.171	5.171	-	-	-	-
Consolidado		Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
30 de setembro de 2016								
Fornecedores (Nota 14)		192.196	192.196	188.823	3.373	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)		556.507	556.507	274.864	27.383	27.383	54.766	172.112

#### **b. Risco de crédito**

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado	30/09/2016	31/12/2015 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)		15	7	113
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	512.237		484.786	483.116
				33
				466.666

**c. Risco de mercado**

*Risco de taxa de juros*

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2015 Reapresentado	30/09/2015	31/12/2015 Reapresentado
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	15	7	113	33
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 7)	512.237	484.786	483.116	466.666
Aplicações financeiras Fundo de Investimentos (Nota 3)	-	670	-	673
<b>Passivos</b>				
Fornecedores (Nota 14)	5.171	1.152	192.196	214.058
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	18.852	16.565	556.507	499.269

***Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de setembro de 2016***

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 30 de setembro de 2016. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

***Instrumentos financeiros passivos***

**Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)**

	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Exposição líquida IGP-M	25.216	37.824	50.432	63.039	75.647
Impacto da variação	-25.216	-12.608	-	12.608	25.216

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

***Definição de valor justo***

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do spread dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

***Gestão de risco de estrutura de capital***

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

***Principais ativos e passivos financeiros***

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos e financiamentos;
- Debêntures; e
- Fornecedores.

## **24 Eventos subsequentes**

### **Operação Greenfield**

Em linha com o princípio de transparência sempre adotado pela Companhia, a Multiner S.A. informa que, em 5 de setembro, foi cumprido em sua sede, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400 que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), entre os quais se encontra o FIP Multiner, que detém 48% das ações ON de emissão da Companhia.

No dia 13 de setembro de 2016, foi emitida ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Controladora, expedida cautelarmente nos autos do Processo n.º 37.371- 11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. A Companhia respeita a decisão da Justiça, mas entende que a cautela não é estritamente necessária, pois tem disposição em cooperar, de forma transparente, com a elucidação dos fatos apurados pela Operação Greenfield. Para tanto, adotará imediatamente as medidas judiciais cabíveis para resguardar os seus legítimos interesses. O caixa e equivalente de caixa das controladas New Energy Options Geração de Energia S.A. e Rio Amazonas Energia S.A. não foram afetadas pela medida cautelar.

A Diretoria da Companhia aprovou a contratação da BDO para realizar o processo de investigação independente sobre as contas de 2015 e 2016, e períodos anteriores desde a criação da Multiner S.A. e suas controladas.

Em novembro de 2016, a investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. inadimpliu pecuniariamente a obrigatoriedade frente à segunda emissão de CCBs (cédula de crédito bancário). Desta forma, o montante classificado no passivo não circulante de R\$ 274.783 será reclassificado para curto prazo neste período. A companhia está em tratativas com os credores para alongamento da dívida, conforme nota explicativa nº1.